

JÂNIO, O ENTREGUISMO
E A CORRUPÇÃO
(NA PÁGINA CENTRAL)

A POSIÇÃO dos COMUNISTAS ARGENTINOS ANTE os CONTRATOS SÔBRE o PETRÓLEO

(LEIA NA 4ª PÁGINA)

Vencer as Eleições: Nosso Objetivo Central

(LEIA EDITORIAL NA 3ª PAG.)

Leia

A PRIMEIRA PROVA

Artigo de RUI FACÓ
na 2ª página

★

A SEMANA PARLAMENTAR

Paulo MOTTA LIMA,
3ª página

★

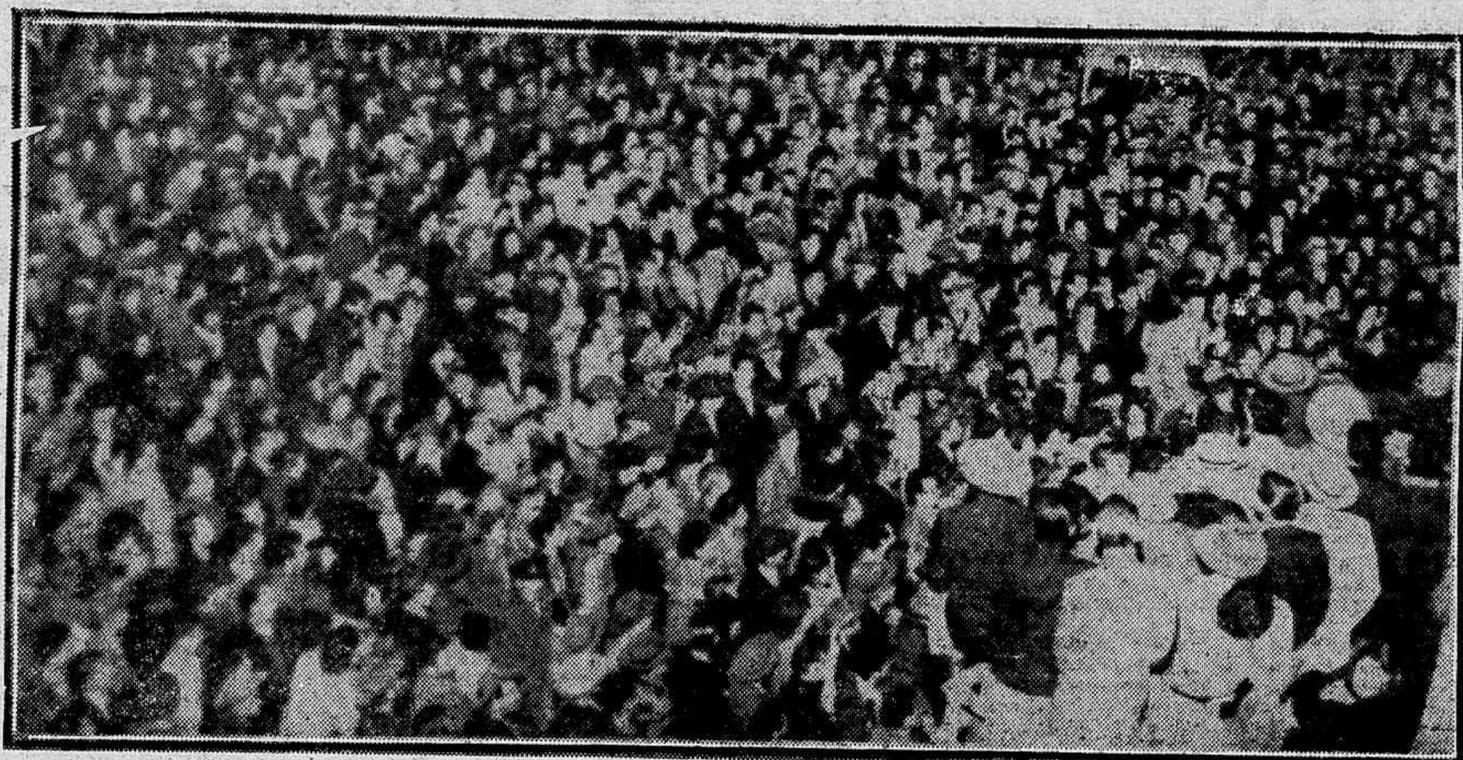
BILHETES DE MOSCOU

MARIA DA GRACA
na 5ª página

★

NOTAS SOBRE LIVROS

De Astrojildo Pereira
na 5ª página



Processo de Desnacionalização da Indústria Provocado pela Instrução 113, da SUMOC

Depoimento do sr. Lídio Lunardi, presidente da CNI, perante a
Comissão de Inquérito da Câmara Federal ★ Na pág. central

ALGUNS ASPECTOS DA CAMPANHA ELEITORAL

Artigo de

**MÁRIO
ALVES**

(Na 5ª. página)

12 mil operários iniciam uma luta justa

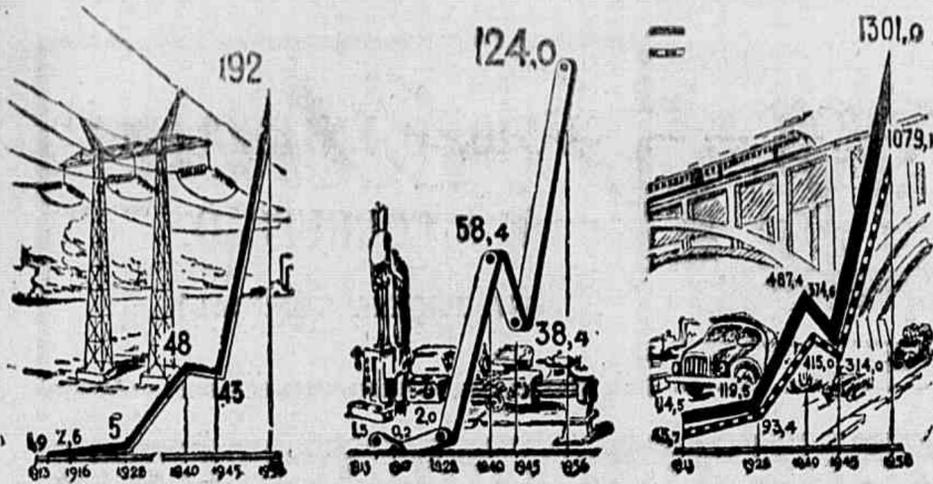
NAS PEDREIRAS DO DISTRITO FEDERAL O TRABALHO É PERIGOSO, PENOSO E INSALUBRE

(Reportagem de Luiz CHILAEDINI na 10ª Página)

★ ★ ★ ★ ★

Problemas Palpitantes Discutirão os Trabalhadores Cariocas

Artigo de ROBERTO MORENA. na 9ª. página



A União Soviética ocupa hoje o primeiro lugar na Europa e o segundo no mundo na produção de energia elétrica. O gráfico dá uma idéia do ritmo de aumento da produção.

Inaugurada na URSS a Maior Central Hidrelétrica do Mundo

Amil quilômetros de Moscou, nos primeiros contrafortes dos Montes Urais, sobre o rio Volga, foi inaugurada a 10 de agosto a central hidrelétrica de Kúbichev, a maior do mundo. A usina de Kúbichev, cuja construção teve início há sete anos, tem a potência de 2 milhões e 800 mil kilowatts. Conta com 20 turbinas, cada uma de 115.000 kw., de construção soviética.

Outra característica importante da nova central: sua produção anual será de 10 bilhões de kilowatts-hora. (Para termo de comparação, acrescentamos que esta era a produção de todas as usinas brasileiras em 1953).

(depois dos E.E.U.U.) na produção de energia elétrica. Antes da Revolução de Outubro de 1917, a Rússia czarista era um dos mais atrasados países do mundo na produção de eletricidade. Ainda antes do primeiro plano quinquenal, em 1928, se encontrava atrás dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Canadá, Japão, França, Itália, Noruega. Hoje, resta ultrapassar apenas os Estados Unidos.

Novas usinas termelétricas

Em discurso proferido na inauguração da Central hidrelétrica de Kúbichev — que passou a denominar-se oficialmente Central hidrelétrica "Lênin" — Nikita Kruschiov declarou que, sem abandonar os planos de construção de usinas deste tipo, aproveitando as águas dos caudalosos rios siberianos e de outras regiões, vai ser dada

importância primordial às usinas termelétricas. Segundo Kruschiov, estas oferecem duas vantagens: construção em prazos incomparavelmente mais curtos e aproveitamentos das enormes reservas de carvão minerais baratos. O objetivo é ganhar tempo, para impulsionar mais rapidamente os diferentes ramos da indústria que necessitam de energia elétrica.

Formou-se um imenso lago artificial

Com a barragem do Volga para a construção da Central Kúbichev formou-se na região um imenso lago artificial, cobrindo uma superfície de 500 quilômetros (pouco menos da distância do Rio a São Paulo), por 40 quilômetros de largura. As águas desta barragem serão navegáveis por barcos fluviais e irrigarão milhões de hectares de terras cultiváveis.

O sr. Foster Dulles e a Não-Intervenção

O senhor John Foster Dulles pode orgulhar-se justamente de ser o novo teórico do imperialismo em sua fase atual. Não lhe faltam títulos para isso. Pertence-lhe a justificação «teórica» da guerra fria, da política de blocos militares, da «agressão indireta». Saiu-se agora o Rosenberg do imperialismo lanque com uma nova tese: a de que a União Soviética, tendo condenado a política de não-intervenção das potências capitalistas antes da segunda guerra mundial, é hoje antilintervencionista. Disse o sr. Dulles que em 1939 o governo soviético criticava os Estados Unidos, a Grã Bretanha e a França por «fazerem concessões constantes ao agressor», e que hoje sua política seria diferente.

O sr. Dulles deturpa os fatos históricos. Em 1939, os Estados Unidos, Inglaterra e França davam carta branca a Hitler para invadir a Espanha, para ocupar a Áustria e a Tchecoslováquia, enquanto Mussolini invadia a Abissínia. As potências imperialistas chegaram a indignação de faltar a seus compromissos com o governo tcheco no caso da ocupação por Hitler da região das sudetas.

Que, dizer: as potências capitalistas ocidentais estimulavam o agressor. A União Soviética condenava energicamente a agressão, e dizia que as ações agressivas da Alemanha nazista podiam ser freadas e, desta forma, a guerra mundial poderia ser impedida.

Enquanto isso, os monopólios do mundo capitalista — sobretudo os dos Estados Unidos da América — financiavam os preparativos bélicos de Hitler e estimulavam a agressão alemã contra a

URSS. Seu grande sonho era destruir o primeiro Estado socialista do mundo. Que ocorre agora? A União Soviética, como os demais países do campo socialista, condenam as intervenções armadas, como condenaram as de Hitler. Quem são os intervencionistas de hoje? foram a Inglaterra e a França que levaram a guerra contra o Egito, no caso de Suez. São os Estados Unidos e a Inglaterra que ocupam hoje o Líbano e a Jordânia, pondo em

grave perigo a paz mundial. O que o sr. Dulles quer é justificar sua outra conhecida tese sobre a chamada «agressão indireta», justificando a intervenção armada dos imperialistas em qualquer país, no caso de revolução, golpe de Estado, etc. Mas os povos estão vigilantes na salvaguarda de sua soberania, e as «teorias» do Secretário americano não convencem a ninguém. Seus resultados, funestos à paz, inquietam a todos.

A PRIMEIRA PROVA BUI FACÓ

ESBOÇA-SE a tendência de uma política exterior independente por parte dos países da América Latina. Nos últimos tempos, discursos e declarações (e cartas também) não faltam neste sentido. Trata-se de uma crescente exigência dos povos deste continente que já não pode ser ignorada pelos governantes dos Estados americanos.

A recente carta do Presidente Kubitschek a Eisenhower constata um fato que é uma vergonhosa realidade histórica. Foi o próprio JK quem disse, sem circunlóquios, que só compartilhamos simbolicamente da direção da política internacional e muitas vezes «não somos ouvidos nem consultados»; que formamos em relação aos Estados Unidos uma «retaguarda incharacterística»; que temos sido até agora uma espécie de «conjunto coral» dos norte-americanos na Organização das Nações Unidas.

A constatação desta realidade, em tais circunstâncias, deve ser pelo menos a expressão do desejo de modificá-la ou na necessidade de fazê-lo. E o sr. Kubitschek não é uma voz isolada mesmo entre os governantes latino-americanos. Ao contrário, estamos em atraso com relação a outros países. Na Venezuela, no Chile, na Bolívia, na Argentina temos assistido a atos que mostram a decisão de não suportar mais os ditames de Washington: caem os ditadores serviais dos monopólios norte-americanos e são levados ao governo homens que são obrigados a assumir compromissos com o povo, em resumo, a levar à prática uma política interna e externa independente de Washington. Vacilações e retrocessos existem — motivados por pressão externa — mas isto vem apenas provando o quanto os políticos dos Estados Unidos e obstinam em recusar o direito dos povos latino-americanos de dirigir seus próprios destinos.

No entanto, seu campo de manobras se restringe dia a dia.

É sintomático que, agora, na Assembléia geral extraordinária das Nações Unidas, os países latino-americanos tratem de formar um bloco unido por uma posição que pretendem independente da do Departamento de Estado. Anunciou-se esta semana que 17 países latino-americanos (ausentes Cuba, Nicarágua e República Dominicana) aprovaram uma «estratégia geral» para opor-se a qualquer resolução da Assembléia especial da ONU justificando o envio de tropas de uma potência para ajudar um governo que enfrente rebelião interna.

É uma questão de princípio que dificilmente poderá ser apoiada por qualquer governo com laivos sequer de independência. A adoção desta tese poderia voltar o feitiço contra e feitiço. E os países latino-americanos têm uma história mais que secular ensombrecida pela intervenção armada dos Estados Unidos, desde o México até a Patagônia. Essas intervenções se apoiavam sempre na famigerada «Doutrina de Monroe», de fundo abertamente imperialista e de tal forma desmoralizada que vai sendo relegada ao museu da história. Uma novíssima «doutrina» procura substituí-la hoje: a tese da «agressão indireta» do mais cínico advogado dos trustes — Foster Dulles. Em plano mundial, esta tese é uma decorrência da «Doutrina Eisenhower» para o Oriente Médio, estreitamente ligada, por sua vez, ao agressivo Pacto de Bagdá.

Os acontecimentos se encarnaram de mostrar a enorme gravidade da vigilância de semelhante «Doutrina» e da quele pacto de guerra. Sua expressão concreta foi o desembarque das tropas norte-americanas no Líbano e das tropas inglesas na Jordânia. Ninguém ignora que semelhantes ações das forças armadas anglo-americanas foram uma tentativa de intervir no Iraque, por ter esse país se libertado de um governo corrupto, vendido ao imperialismo, e proclamado a República, decidindo-se a realizar uma política independente.

A intervenção armada dos Estados Unidos e da Inglaterra no Oriente Médio pôs em perigo mais uma vez a paz mundial. Criou um grave problema, cuja solução foi ategue à Assembléia geral da ONU, convocada em sessão extraordinária.

É chegada assim a hora de uma definição clara e inconfundível dos representantes dos governos latino-americanos naquele organismo internacional. O governo dos Estados Unidos trata de justificar all sua agressão ao Líbano. Mobiliza partidários de sua política ou elementos conciliadores para apresentar propostas cujo objetivo é protelar a ocupação tanto do Líbano como da Jordânia.

A questão porém é outra: a única alternativa aceitável pelos povos — em particular pelos povos árabes — é a retirada sem tardança das tropas de ocupação daqueles dois países.

Com quem ficarão os representantes dos latino-americanos: com os que propõem a evacuação imediata dos ocupantes ou com os que pretendem adiá-la? Com os que negam o direito de autodeterminação aos países árabes (e por extensão a todos os países dependentes e coloniais), ou com os que reconhecem a plenitude deste direito?

Eis a primeira grande prova a que está submetida a política exterior independente dos países da América Latina — se de fato quer ser independente.

De sua posição na Assembléia geral extraordinária das Nações Unidas pode aquilatar-se da sinceridade dos seus expressos com tanto ardor verbal pelos governantes latino-americanos, a começar pelo sr. Juscelino Kubitschek.

Crônica Internacional

O Brasil e a Crise do Oriente Médio

FALANDO esta semana na sessão extraordinária da Assembléia Geral da ONU, o embaixador Ciro de Freitas Vale definiu a posição do governo brasileiro na questão do Oriente Médio.

Um folso conceito de diplomacia e o velho hábito de curvar-se ante as posições assumidas pelo Departamento de Estado norte-americano, levaram a que o sr. Freitas Vale, ainda desta vez, não tivesse a necessária clareza na caracterização dos fatores da crise surgida no Oriente Médio e, na prática, colocasse o Brasil a reboque dos que não querem uma solução real do grave problema.

Vé com razão o embaixador brasileiro o nacionalismo em eclosão no mundo árabe como um movimento autenticamente popular. E reconhece que «não há força que possa sufocar o espírito nacional que tão agudamente ia se faz sentir no Oriente Médio». Mas, a seguir, aponta como uma das causas da crise o que chama de «subversão» sugerindo que a mesma seria inspirada do exterior. Acrescenta nesta parte: «Os desejos de dominação mundial, que parecem ditar a política de certos países, estão levando vantagem, por meios insidiosos, nos movimentos nacionalistas do mundo inteiro». A alusão à União Soviética é evidente numa torpe manobra de negar o fato que entre pelos olhos de toda gente: foram os imperialistas americanos e ingleses que intervieram pela força das armas no Líbano e na Jordânia.

Outro «poderoso fator» da crise, na opinião do diplomata do Itamarati, é a «presença do Estado de Israel naquela zona». O embaixador silencia o fato do Estado de Israel vir sendo utilizado pelas potências imperialistas como um peão no seu jogo contra os povos árabes e um ponto de discórdia entre árabes e israelenses.

Finalmente, o quarto e último elemento da crise seria «a presença, na região, de algumas das mais ricas jazidas petrolíferas do mundo». Como se a simples existência do petróleo fosse um fator de convulsões. Os Estados Unidos possuem em seu território enormes reservas de «ouro negro», mas como sua posse pacífica é de há muito partilhada entre as grandes companhias, o petróleo não acende guerras nem revoluções na Norte América. Não é «a presença» do petróleo nos países árabes que provoca estes acontecimentos, mas a tentativa dos monopólios petrolíferos internacionais de manter aquela riqueza sob seu domínio, em condições leoninas, explorando e dessangrando os povos do mundo árabe.

É foi mais uma vez na defesa dos interesses egoístas destes monopólios que intervieram no Oriente Médio os governos dos Estados Unidos e da Inglaterra. Isto o sr. Freitas Vale não quer ver.

Diante de semelhante escapatória, a sua posição só poderia ser o que foi: sugerir a ida do Secretário geral da ONU ao Oriente Médio com o objetivo de «melhor esclarecer a situação». Que obscuridade há na situação do Líbano ou da Jordânia? Lá se encontram as tropas intervencionistas dos Estados Unidos e da Inglaterra. — e a presença e sua presença é o principal fator de crise, e a causa imediata da grave tensão existente no Levante, com o consequente agravamento da situação internacional.

É universalmente sabido que o Secretário geral da ONU foi ao Oriente Médio antes da intervenção anglo-americana, testemunhou a não existência de qualquer ingerência exterior no Líbano. E, apesar disso, ignorando o relatório de Hammarskjöld e violando a Carta das Nações Unidas, os Estados Unidos desembarcaram suas tropas em Beirute.

Assim, o que o sr. Freitas Vale pretende é unicamente protelar a solução satisfatória da crise, que só poderia advir da retirada incondicional e imediata das tropas intervencionistas.

O representante do governo brasileiro se pronunciou finalmente em favor da chamada «resolução norueguesa», que propõe reforçar o grupo de observadores da ONU no Líbano. Quanto à evacuação das tropas americanas e inglesas, não prevista no projeto, nem uma só palavra do sr. Freitas Vale.

A proposta norueguesa, como está redigida originalmente, conta com a oposição dos países afro-asiáticos, que formam na ONU um bloco coeso de 28 Estados. Estes países reclamam a retirada, no mais breve prazo, das tropas intervencionistas do Líbano e da Jordânia. Contam com o apoio dos países socialistas e de vários países neutros, em favor de emendas substanciais à resolução norueguesa, prevendo, antes de tudo, a retirada das tropas daqueles países.

Em resumo, a questão é esta: a permanência das forças das potências imperialistas no Oriente Médio só fará agravar a situação, pondo em perigo a paz mundial. E o que os povos reclamam é a manutenção da paz, com o direito de dirigirem seus próprios destinos. Por isso lutam valentemente os povos árabes, todos os povos coloniais e dependentes.

Vencer as Eleições -- Nosso Objetivo Central

OS GRANDES problemas nacionais se formulam agora cada vez mais em vinculação com as eleições de outubro. Delas deverá resultar um panorama nacional renovado, definindo o potencial de influência de cada força política. Todos os problemas políticos serão inevitavelmente submetidos a reexame, à luz da correlação de forças que surgirá do próximo pleito eleitoral.

EMPENHAM-SE, por isto, as correntes nacionalistas em travar vitoriosamente esta pugna pacífica, que influirá de modo significativo nos destinos ulteriores do país. É da máxima importância consagrar nas urnas a superioridade da causa nacionalista, deixando manifesto o apoio que merece da maioria do eleitorado. A eleição dos candidatos nacionalistas aos postos executivos e legislativos firmará as posições do setor nacionalista do governo da República, liquidando igualmente as manobras de conciliação e entreguismo que se tramam em alguns círculos oficiais. O processo de democratização da vida política, que recebeu tanto impulso este ano, poderá prosseguir com mais segurança diante das tentativas, que não cessam, de freá-lo, e que obedecem à inspiração do imperialismo norte-americano associado aos interesses internos mais obscurantistas.

LUTADORES consequentes pela causa nacionalista, os comunistas se entregam com todas as suas energias à campanha eleitoral. Quer se trate dos postos de governador, senador, deputado ou prefeito de grandes cidades, quer disputando a vereança de um município do remoto interior, os comunistas põem a campanha eleitoral no centro de suas preocupações. Os seus esforços se desenvolvem no sentido prático da propaganda, da organização de postos eleitorais, da mobilização de recursos financeiros, em todos os terrenos enfim, que exigem iniciativa concreta numa campanha preparatória do pronunciamento nas urnas.

OS ESFORÇOS dos comunistas se orientam sempre no sentido de aglutinar a maior soma possível de forças, que assegurem o êxito dos candidatos da frente única nacionalista e democrática. Lutando abnegadamente pela eleição de candidatos diretamente vinculados às aspirações de vanguarda do proletariado, os comunistas não se deixam, porém, dominar por sentimentos exclusivistas, considerando a vitória dos candidatos da frente única como a sua própria vitória. Qualquer que seja a filiação político-partidária do candidato, se em torno do seu nome se unem forças populares e nacionalistas, se a sua eleição pode representar mais um fator de reforço da causa da emancipação do país e da democracia, o apoio que lhe dão os comu-

nistas tem as características do entusiasmo, da dedicação no trabalho prático e da ausência de interesse exclusivo. O decisivo, o fundamental é que, depois de 3 de outubro, a balança de forças se incline, sob o peso de muitos milhões de votos, para o lado da frente única nacionalista e democrática.

NO PROCESSO da campanha eleitoral, os comunistas procuram combater as tendências de tipo localista, setorista ou personalista, que se manifestam inclusive em suas próprias fileiras. Em qualquer caso, devem prevalecer os interesses gerais, uma vez que a fragmentação, a dispersão de forças, pode conduzir ao desperdício de votos em candidatos demasiadamente numerosos. Os votos se valorizam na medida em que se concentram em candidatos realmente viáveis, capazes de receber a quantidade suficiente de sufrágios para conquistar o posto em disputa. Desta maneira, a cidade prevalece sobre o bairro, assim como o Estado prevalece sobre o município e a massa geral do povo sobre esta ou aquela corporação profissional. O que importa primordialmente não é que o candidato seja deste ou daquele bairro, município ou profissão (por maior significação que isto tenha também), porém que seja um candidato vinculado às reivindicações gerais dos trabalhadores e do povo, às aspirações fundamentais do movimento nacionalista.

COMPREENDE-SE, assim, o prejuízo que pode causar o predomínio de tendência de tipo localista, setorista ou personalista. Tais tendências podem somente enfraquecer a frente única. Nesta fase já adiantada da campanha eleitoral, quando se utiliza o registro de candidaturas, urge, pois, superá-las, adotando sempre, está claro, os métodos da discussão, da persuasão e do entendimento mútuo, da prática correta do centralismo democrático.

OS RENTENTES pregadores do golpismo entreguista procuram instilar nas massas sentimentos de descrença nas eleições. Pintam um quadro propositadamente enegrecido e apresentam o tão falado abismo como a perspectiva próxima do país. É natural que assim atuem, buscando afastar das urnas o eleitorado mais consciente, sobretudo nas grandes grandes concentrações urbanas. Para os nacionalistas e democratas se trata de agir em sentido oposto, objetivando vencer eleitor por eleitor da importância de levar o seu voto a todos aqueles que possam contribuir para levar adiante a causa da emancipação nacional, da democracia e do bem estar do povo. Este é também, agora, o objetivo central dos comunistas.

NOTAS Políticas

"O Estado de S. Paulo" e o seu candidato

Dentre os órgãos da chamada grande imprensa, o «Estado de São Paulo» se destaca, sem dúvida, pela obstinação, coerência e também velhacaria com que defende todas as piores causas — as mais reacionárias e antinacionais. Não é uma acusação gratuita. Quem quer que folheie alguns números do mencionado jornal, encontrará, com efeito, ataques sistemáticos à Petrobrás, à política nacionalista, em geral, à defesa dos preços do café, às gestões e opiniões em favor da ampliação do comércio exterior do Brasil, notadamente as relações com os países socialistas, etc. E, como corolário, lá se encontrará, também, pregação aberta do golpe e da subversão da legalidade democrática, da eliminação das fracas restrições que ainda existem ao livre movimento dos capitais estrangeiros (principalmente americanos) e por aí a fora. Particularmente obstinado é, por exemplo, a campanha contra a Petrobrás, onde o «Estado» chega a extremos insultuosos aos sentimentos patrióticos da Nação. Ainda na edição do dia 10 do corrente, depois da visita de Duques e das peremptórias declarações do general Lott, publicava aquele órgão uma charge onde aparecem um túmulo com a inscrição «O petróleo é nosso» e Foster Dulles depositando uma coroa com a inscrição «Requiescat in pace» (descança em paz)! Apesar de que, no caso, o «Estado» apenas confunde seus desejos com a realidade, o desenho mereceu a repulsa dos patriotas que lhe tomaram conhecimento.

É assim o «Estado». Pois é este mesmo jornal que (CONCLUSÃO DA 8ª PÁG.)

DESCARRILOU O SR. GONDIM...

COMO de costume, publica «O Semanário», em seu último número, um artigo do jornalista Gondim da Fonseca, intitulado «A Petrobrás e o jornalista Juscelino». O conhecido publicista, desmascarando ali as investidas entreguistas contra a Petrobrás, alentadas pela chamada «fórmula Prondizi», apresenta uma série de argumentos valiosos em defesa do monopólio estatal do petróleo. Essa posição nacionalista do jornalista Gondim da Fonseca não é nova, pelo contrário, tem caracterizado a sua atuação na campanha em defesa do petróleo brasileiro que, de resto, cada patriota tem na devida estima.

Por isso mesmo é que não podemos deixar de estranhar certos conceitos emitidos no mencionado artigo. Nem por serem uma repetição de coisas semelhantes ditas anteriormente, inclusive em livro, estão conformes com a realidade. Assim, por exemplo, ao mencionar notórios entreguistas, que atuaram fora da imprensa brasileira, inexplicavelmente enfiava ao lado deles o nome de Luiz Carlos Prestes.

Ora, qualquer pessoa sabe que a opinião de Prestes a respeito do problema do petróleo brasileiro é de defesa do monopólio estatal, substanciado na Petrobrás, e de combate a todas as manobras e negociações entreguistas. Mais do que uma clamorosa injustiça, é totalmente carente de base na realidade qualquer afirmativa em contrário. Sem querer tomar para si — o que não seria justo — o privilégio da defesa da política nacionalista do petróleo, os comunistas, por outro lado, não podem consentir em que sua participação nessa luta, onde sua contribuição foi até mesmo de sangue e de vidas, seja menosprezada e, muito menos, negada.

O sr. Gondim da Fonseca não tem necessidade de fazer ataques dessa ordem aos comunistas para que fique bem clara a distância, que o separa do comunismo. As convicções filosóficas e políticas do conhecido jornalista são também por demais conhecidas. Os ataques sem fundamento, de que lançou mão no seu último artigo, acabam prejudicando os elementos valiosos que oferece ao seu público.

Por fim, também não é

possível concordar com a acusação feita pelo jornalista ao imortal Monteiro Lobato de «entreguista número um do Brasil». A vida de Lobato, como bem o sabe o povo, caracterizou-se nesta particular por uma luta ativa contra os trustes internacionais do petróleo, que durante muitos anos, através da sabotagem, do terror e do suborno, conseguiram esconder a existência de petróleo no Brasil. Nessa luta, o consagrado escritor amargou até o cárcere. Para Lobato, na etapa da luta nacionalista de que pôde participar tratava-se de mostrar que existia petróleo no Brasil e que podíamos explorá-lo. Não se pode chamá-lo de entreguista, uma vez que a solução do monopólio estatal só ganhou corpo entre nós depois de sua morte. Embora não tenha chegado a compreender esta solução Lobato na sua época prestou serviços à causa patriótica. Não sabemos o que fazia o sr. Gondim na época em que Lobato era metido na cadeia por proclamar a existência de petróleo no Brasil...

No justo combate ao entreguismo, em defesa da Petrobrás, não é preciso ir além da verdade. Esta é bastante

semana PARLAMENTAR

PAULO MOTTA LIMA

UMA questão importante, relacionada com o desenvolvimento da indústria nacional de equipamentos ferroviários, foi durante a semana objeto de discurso do sr. Sérgio Magalhães, na Câmara. O representante petebista abordou o problema da compra de equipamentos para estradas de ferro, que está sendo intensificada no exterior, em combinação com operações financeiras. Foi lembrado o caso de recente empréstimo de cem milhões de dólares, bem como de outro de vinte e quatro milhões, ambos nos Estados Unidos. O segundo empréstimo foi feito pela Rede Ferroviária.

O sr. Sérgio Magalhães apresentou requerimento de informações em que pede esclarecimentos do Executivo a respeito dos empréstimos e das compras nos Estados Unidos de material ferroviário similar do que fabricamos no país. Isto, observa o orador, no mesmo instante em que tanto se fala em escassez de divisas, procurando-se argumentar com essa escassez, de maneira bastante forçada no sentido da abertura de brechas destinadas a facilitar a penetração dos trustes estrangeiros na exploração de nosso petróleo.

Quem é contra os empréstimos?

Teve contestação, também no plenário do Palácio Tiradentes, o «slogan» dos porta-vozes dos trustes do petróleo, segundo o qual os nacionalistas são contra os financiamentos estrangeiros destinados à Petrobrás. Em pequeno discurso o sr. Rogê Ferreira demonstrou a falsidade desse novo «leit-motiv» propagandístico. Nenhum nacionalista é contra a obtenção de recursos financeiros para uma exploração mais intensa do petróleo, desde que se trate de financiamentos em bases aceitáveis, isto é, não acompanhados de imposições que firmem a soberania nacional.

Um exemplo foi mencionado pelo orador, citando a consulta feita diretamente pelo coronel Alexino Bittencourt durante a visita do sr. Foster Dulles, ao Brasil. Tratava-se de saber se o governo americano faria um empréstimo ao nosso país, de governo para governo, destinado à exploração petrolífera, dentro da legislação do monopólio estatal.

A resposta do sr. Dulles, arquivou o sr. Rogê Ferreira, foi de que Washington não realiza empréstimos de governo a governo para empreendimentos petrolíferos. Assim, os governantes norte-americanos e não os nacionalistas brasileiros é que são contra a ajuda de capitais estrangeiros para a exploração do petróleo em bases convenientes ao nosso país. Entretanto, afirmou em conclusão o sr. Rogê Ferreira, o que os nacionalistas não desejam nem

O FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, A OPERAÇÃO PAN-AMERICANA E O CAMINHÃO DO LIXO

permitem é a participação dos trustes imperialistas na exploração do petróleo brasileiro.

A OPA

Em altas esferas da representação partidária foi debatida a Operação Pan-americana, também conhecida através de uma sigla não muito simpática: OPA.

O Sr. Afonso Arinos, líder da oposição, criticou a OPA. Cedendo talvez à circunstância de ser membro de uma família de diplomatas, assestou o fogo de suas baterias em aspectos técnicos e às vezes simplesmente formais da questão. Não opinou sobre o que possa a Operação Pan-americana representar como instrumento de política externa destinado, segundo se afirma, a modificar as relações entre um país imperialista, como os Estados Unidos e países subdesenvolvidos empenhados na luta contra o atraso e o pauperismo, como as demais nações do continente.

As forças parlamentares que apoiam o governo, ou melhor os cardiais, reunidos na cúpula dessas forças, indicaram o sr. Hugo Napoleão para responder ao sr. Afonso Arinos. Trata-se de um vice-líder da maioria que em quatro anos de mandato foi à tribuna duas ou três vezes. É um político da antepenúltima República, do tempo das eleições a bico de pena.

Há pessoas que costumam dizer: «A Câmara antiga é que tinha grande figuras. Era uma Câmara de excelentes oradores. Esta de hoje só tem mediocridades». Essa apreciação, um pouco injusta em relação à Câmara atual e de um otimismo insensato quanto à Câmara antiga, foi magnificamente desautorizada pelo discurso do sr. Hugo Napoleão.

O sr. Napoleão não falou, leu. E leu coisas insossas. Afirmou que a Operação teve «fulminante acolhida do presidente norte-americano». Isto a título de recomendação. Observou que a Operação (mesmo antes de se efetivar) «está sendo coroada de louros e constitui uma grande vitória do Brasil». Recomendou aos mais curiosos a leitura da Declaração de Brasília, onde segundo afirma estariam expostos os pontos fundamentais da Operação.

Como o sr. Afonso Arinos, o sr. Hugo Napoleão está ligado ao Itamarati por laços de parentesco. Tem um filho que é chefe do Ceramarati do Catete e um genro ministro. Sabe-se que consumiu três dias no Ministério do Exterior, consultando alfarrábios e ouvindo especialistas, entre domésticos e estrangeiros. Entretanto sua peça oratória foi menos informativa do que os telegramas de agências americanas procedentes de Washington, que tratam da Operação Kubitschek.

O caminhão

Concluída a réplica do sr. Hugo Napoleão houve tréplica do sr. Afonso Arinos, que minutos depois abandonaria a Operação Pan-americana para iniciar sua campanha de candidato a senador.

Estava anunciado que os srs. Afonso Arinos e Carlos Lacerda percorreriam pontos da cidade, trepados num caminhão, de cuja parte trazeira, transformada em tablado de saltimbancos, falaria ao eleitorado do Clube da Lanterna. A saída desse caminhão seria da Câmara. O fato provocou curiosidade e muitos jornalistas foram olhar a coisa.

Lacerda subiu em seu novo palco não sem algumas dificuldades de ordem física. Mais penosa foi a ginástica do acadêmico Afonso Arinos. Firmando os pés no tablado, Lacerda sentiu-se como peixe nágua. Era o charlatão de feira no lugar próprio. Já a mesma coisa não se dava com o bem educado rebento da família Melo Franco, que não sabia onde pôr as mãos.

Entre os jornalistas que fazem a reportagem da Câmara e que apreciavam a cena da escadaria do Palácio Tiradentes alguns mostravam-se preocupados.

Quando aquele caminhão arrancar, o Afonso Arinos vai cair — comentava-se.

Senhoras do Clube da Lanterna, algumas com os cabelos pintados de azul, mostravam-se agitadas quando Lacerda começou a falar. O palco motorizado criava um problema. Cercado o caminhão por algumas dezenas de criaturas, Lacerda, quando se dirigia para os que se encontravam do lado dos Correios e Telegrafos, ficava logicamente de costas para os que se mantinham do lado da Igreja de São José. Percebendo isso, começou a girar, meio curvado, em torno do microfone que estava no caminhão. De sorte que quando se virava para a Igreja de São José dava-se o irremediável: projetava a retaguarda em direção às senhoras e alguns cavalheiros lanternistas que se encontravam do lado dos Correios e Telegrafos.

O interessante manejo não parecia perturbar Lacerda, mas do certo aguçava o encabulamento do sr. Afonso Arinos.

Curiosos passavam, olhavam e riam. Um deles gritou: — Olha o lixo!

E seguiu em direção a Praça Quinze, de marmita debaixo do braço, para tomar a lancha de Niterói.

Umco depois o caminhão seguiu em direção à zona sul, com sua preciosa carga.

1 QUE SÃO OS CONTRATOS PETROLIFEROS?

- ★ Uma sociedade mista em que a parte do leão cabe ao Banco Loeb
- ★ Zona riquíssima, já estudada e explorada, cai nas garras da Standard Oil

Por MARCELO ISACOVICH
(Do semanário "Nuestra Palabra")

EM seus livros e em seu trabalho parlamentar, o sr. Frondizi demonstrou conhecer profundamente o drama das guerras, pilhagens, assassinatos, golpes de Estado, corrupção, suborno e espionagem, que servem de fundo de quadro à atividade dos trustes petrolíferos. Demonstrou conhecer bem a garra opressora que esconde a luva de pelica dos emissários do petróleo.

Uma das causas mais importantes da cor popular que rodeou o Dr. Frondizi a 23 de fevereiro foi sua firme expressão de apoio à Y.P.F., sua intenção de injetar-lhe nova vida e depurá-la de sabotadores e seguidores do imperialismo e permitir-lhe solucionar, num breve prazo, o problema do petróleo.

A mensagem presidencial e sucessivas declarações do Dr. Frondizi confirmaram esta vontade expressa nos comícios. Depois de conhecidos, os contratos e as "ofertas" das companhias petrolíferas imperialistas nos parecem cantos de sereia, visando descreditar nosso governo e isolá-lo de seu povo para debilitá-lo e poder substituí-lo depois por uma camarilha reacionária ou uma ditadura ao estilo de Batista, ou seja guardiã do imperialismo e da oligarquia. Ao analisarmos em seguida alguns aspectos desses contratos, vimos de nosso parlamento perceber o perigoso caminho que querem tomar e o evitem. Se o governo democrático, o primeiro em 28 anos, fracassasse num problema tão vital, seria também um fracasso de todo o povo. Por isso, o povo inteiro acompanhará o governo, para ouvir as vozes que, como a nossa, afirmam que a Y.P.F. pode, sem dúvida alguma, dar-nos, em breve prazo, o auto-abastecimento em petróleo, utilizando plenamente suas próprias forças e as ofertas de vendas de equipamentos a longo prazo e em troca de nossos produtos comuns de exportação, sem outras condições.

mas dentro do qual a empresa norte-americana se assegura a maioria de votos em forma permanente, ou seja, a direção absoluta. Obrigações da Y.P.F.: consignar-lhe todo o petróleo que o Banco extrair a um preço equivalente a 70 por cento dos dólares que teria custado sua importação. Em troca dos 30 por cento restantes, único lucro nosso, o Banco economiza: 1) os gastos de levantamento geológico, de exploração, de descobrimento de camadas e determinação de suas reservas, numa palavra, a parte mais custosa e arriscada do negócio, porque tudo isto já foi feito pela Y.P.F.; 2) economiza o frete em vários milhares de quilômetros; 3) economiza os privilégios que deverá pagar em outros países; 4) economiza toda sorte de impostos pelos quais pagará a Y.P.F.; 5) deixa de gastar seu petróleo, porque nos vende o nosso. Tudo por menos do que custaria a clássica regalia das concessões. Natureza jurídica do contrato: Em nossa opinião, uma sociedade mista. Que jurista se atreveria a comprar este contrato com a locação de serviço, onde o executante termina seu trabalho, cobra



e vai embora? Aqui temos a zona exclusiva, venda e distribuição de lucros. Mas, nesta sociedade mista o diretor e sócio principal não é precisamente a Y.P.F., mas o outro. Invasão — Durante o primeiro ano, a empresa adia a cobrança de sua percentagem Logo, não há mais inversão, mas o contrário — cobra. Se, como se supõe, o Banco Loeb traz cinco perfuratrizes, o volume de sua inversão seria de 5 milhões de dólares (três e meio a perfuratrizes e um e meio a perfuração e extração). Se traz 10 máquinas, a inversão será de 10 milhões de dólares. Se tomarmos como exemplo este segundo caso, teríamos em produção plena mais de 200 poços, e venderia à Y.P.F. cerca de um milhão e meio de metros cúbicos durante um ano. O preço estabelecido de 70 por cento sobre o custo de im-

portação, deixaria ao Banco a bonita soma de 16 milhões de dólares. Não há dúvida de que antes de dois anos recuperará o Banco Loeb sua inversão e lhe restariam mais de 18 milhões de lucros líquidos. Penalidades — Não se estabelece nenhuma penalidade para a falta de cumprimento por parte do Banco Loeb. Mas se a Y.P.F. desistir do convênio, deverá pagar integralmente os lucros que o Banco teria recebido em todo o prazo de vigência do contrato. Pan American International Oil Pertence ao grupo Rockefeller (Standard Oil de New Jersey). Zona de operações — É outorgada exclusividade nu-

NOTA DO PC ARGENTINO SOBRE OS CONVÊNIOS

«A mensagem presidencial apresenta o caminho do capital estrangeiro como o único possível para resolver nosso auto-abastecimento de petróleo. Em primeiro lugar, a intromissão do capital estrangeiro neste caso em qualquer outro ramo da economia nacional, não resolve o problema. O capital estrangeiro, como se sabe, é monopolista e, neste caso, o tipo mais rapace, uma vez que é o mais concentrado e centralizado de todos: é o capital monopolista petrolífero ianque; embora se apresentem como companhias aparentemente independentes, com diversos nomes, na realidade são filiais de um mesmo truste. «Em segundo lugar, não é verdade que o caminho indicado seja a única alternativa que tem o país diante de si. Os convênios de aquisição de carvão e petróleo com a Polónia e a União Soviética, sem uso de divisas chamadas fortes, e a oferta da União Soviética, de 100 milhões de dólares de máquinas e equipamentos para extrair e refinar petróleo (máquinas que uma vez que passem as fronteiras passarão a ser propriedade da Y.P.F.) em troca de produtos nacionais, mostram que o verdadeiro caminho para o comércio conveniente aos interesses nacionais, ou seja, impulsionar o desenvolvimento da economia nacional, é comerciar com a União Soviética e demais países do mundo socialista, comércio que se baseia no princípio do proveito recíproco. «O caminho empreendido pelo governo — diz a declaração do PC argentino — encerra grandes perigos. É sabido que os capitais monopolistas não saem dos Estados Unidos, e menos ainda no caso do petróleo, senão com autorização do governo ianque, expressão suprema dos interesses dos trustes. A política petrolífera deste é parte da sua política de domínio dentro do âmbito de seus planos bélicos. (Trechos de uma nota do PC argentino publicada em «Nuestra Palabra»)

ma área de 4 mil quilômetros quadrados (400 mil hectares), compreendendo parte de Chubut e Santa Cruz (Cañadon Grande, Cerro Dragón e Sarmiento) pelo prazo de 20 anos. Zona riquíssima, estudada e explorada pela Y.P.F., que tem perfurados 13 poços. Viola o Código de Minas, que estabelece para as concessões uma extensão máxima de 30 mil hectares e uma duração máxima de 5 anos. Obrigações da companhia — Trazer 5 equipes de perfuração durante o primeiro ano e perfurar 50 poços. Em seguida, a juízo da companhia, trazer ou não outras cinco equipes e construir ou não um oleoduto, partindo dos poços até Comodoro Rivadavia. Obrigações da Y.P.F. — Comprar-lhe todo o petróleo que extrair ao preço de 10 dólares o metro cúbico (6 em moeda norte-americana e 4 em moeda argentina). Nós dizemos: 4 ao custo daqui; 6 lucro se manda para lá.

A Y.P.F. pagará todos os impostos, taxas e contribuições que possam corresponder à companhia. Inversões — Primeiro ano: (5 equipes e 50 poços) pode-se estimar em 5 milhões de dólares. Espera produzir logo 3.500 metros cúbicos por dia, ou seja, 10 milhões de dólares por ano. Lucros líquidos: 18 anos. Importação — Direito preferencial da Companhia para importar petróleo estrangeiro até cobrir um terço das necessidades da Y.P.F. Evidentemente, a beleza deste negócio não faz esquecer a Rockefeller que seu interesse principal é vender-nos o petróleo importado. Natureza do contrato — Temos área territorial exclusiva, venda do produto, etc., isto é, "concessão" disfarçada. Mas, ainda que vistas a mona de seda... Grupo estadunidense Formado pela Atlas Corp. e suas subsidiárias encabeçadas por Mister Odium, velho conhecido nosso por suas fracassadas gestões petrolíferas em 1954 e por ser diretor da tristemente célebre United Fruit Company (Guatemala, etc.). Participam além disso a William Brother Corp. e a Hadden Slinger Minning Co (Banco Forgan). É o contrato de maior volume. Área — Comodoro Rivadavia Objetivos: a) perfurar 4 mil poços em 6 anos. Dita perfuração será paga à vista por ocasião da entrega do poço. Preço a ser estipulado parte em dólar, parte em moeda nacional; b) fornecer à Y.P.F. 50 milhões de dólares de material, pagos 20% à vista e 80% a crédito em dólares. A metade destes materiais será utilizada pelo "grupo" na perfuração de 4 mil poços mencionados. Em resumo, a Y.P.F. pagará os equipamentos a serem utilizados pelo "grupo" para fazer seu negócio; c) estudar a construção de um gasoduto Comodoro Rivadavia-Buenos Aires e de uma fábrica de materiais por 5 milhões de dólares; d) a essência do negócio: importar até 5,6 milhões de metros cúbicos de petróleo. Inversão — O anexo ao Contrato prevê que o "grupo" estadunidense invertará 480 milhões de dólares em

2 100 Milhões Podem Ser Muito Mais do Que 1.000 Milhões?

A OFERTA SOVIÉTICA PÕE EM MÃOS DA YPF A POSSIBILIDADE DE SOLUÇÕES PATRIÓTICAS

VIMOS os três principais contratos. As demais ofertas imperialistas têm mais ou menos o mesmo espírito. Podem 100 milhões ser mais que 1.000 milhões? Sim, neste caso do petróleo imperialista toda surpresa é possível. Diz-se que as inversões propostas pelas companhias representam cerca de 1.000 milhões de dólares. A União Soviética ofereceu apenas 100 milhões. Seguindo o mesmo método utilizado acima, vejamos as inversões mais que contêm as propostas das diferentes companhias.

	Em milhões de dólares	Máquinas
BANCO LOEB	10	5 a 10
Pan American Oil Co.	10	5 a 10
Grupo estadunidense	66	70
Petrofina	5	7
Lane Willis Co.	3	-
Total das companhias	93	87 a 97

A União Soviética, sem pedir concessões territoriais nem sociedades mistas, sem vender-nos nosso próprio petróleo, nem ainda cobrar-nos locação de serviços, numa palavra, sem qualquer sorte de concessões nos oferece 100 milhões de dólares em equipamentos petrolíferos a serem pagos a longo prazo, com produtos de nossa exportação corrente. Apenas desembarcados, os equipamentos serão nossos, da Y.P.F., e atrás deles, não virão banqueiros, nem políticos petrolíferos, nem esquadrilhas de observação meteorológica, nem regulamentos sobre atividades sindicais. Admitimos que 20 destes 100 milhões sejam utilizados na aquisição de barcos, elementos, materiais acessórios. Com os 80 milhões restantes a Y.P.F. pode comprar 160 equipamentos completos de perfuração, com o que pode aumentar em brevíssimo prazo a produção de Comodoro Rivadavia em mais de 8 milhões de m3. Com as divisas assim economizadas, poderíamos completar dentro do prazo o oleoduto do Norte, que nos dará outros 4 milhões de metros cúbicos, com os

quais ficarão praticamente cobertas todas as nossas necessidades. Vemos então que a oferta soviética põe nas mãos da Y.P.F. a possibilidade de solucionar, por si mesma e em breve prazo, nosso auto-abastecimento de petróleo e os dólares que se economizem poderão ir para a siderurgia, a hidroeletricidade e para melhorar o nível de vida do povo, em vez de ir engrossar os lucros dos trustes internacionais do petróleo. Mal intencionados e irresponsáveis afirmam que os equipamentos soviéticos não servem para o nosso solo. Estes mentirosos sabem perfeitamente que a URSS extrai petróleo ao longo de seu imenso território e em toda classe de solos. Que fabricar equipamentos como os que necessita é um brinde de crianças para uma indústria que construiu o terceiro «sputnik». Que os norte-americanos adquiriram a patente de turboperfuratrizes soviéticas, por serem as mais avançadas e eficientes na técnica do petróleo. Mal intencionados e irresponsáveis pretendem enlamear os que defendem as soluções nacionais, qualificando-os de servidores conscientes ou inconscientes do imperialismo inglês, que quer continuar vendendo-nos seu petróleo a preço de ouro e vêm também com maus olhos a invasão dos petroleiros ianques. A imensa maioria do povo sabe que pode libertar-se definitivamente do petróleo inglês, sem cair nas mãos dos monopolistas ianques. A Y.P.F. conta com a arma poderosíssima da oferta soviética (à qual se juntou em seguida a oferta rumena) e com o entusiasmo, o patriotismo e a capacidade de seus técnicos e operários, que fazem todo o resto. Por isso, nosso Presidente, que manifesta tão profunda preocupação pelo fomento da economia nacional, nosso Parlamento e todos os homens honrados do país, podem perceber a tempo o erro e evitar de futuro muitas horas sombrias. O povo deve mobilizar-se para denunciar estas más «propostas» e reclamar sua rejeição. Assim se fechará o caminho a todo golpe de Estado e a toda aventura reacionária.

Formado pela Atlas Corp. e suas subsidiárias encabeçadas por Mister Odium, velho conhecido nosso por suas fracassadas gestões petrolíferas em 1954 e por ser diretor da tristemente célebre United Fruit Company (Guatemala, etc.). Participam além disso a William Brother Corp. e a Hadden Slinger Minning Co (Banco Forgan). É o contrato de maior volume. Área — Comodoro Rivadavia Objetivos: a) perfurar 4 mil poços em 6 anos. Dita perfuração será paga à vista por ocasião da entrega do poço. Preço a ser estipulado parte em dólar, parte em moeda nacional; b) fornecer à Y.P.F. 50 milhões de dólares de material, pagos 20% à vista e 80% a crédito em dólares. A metade destes materiais será utilizada pelo "grupo" na perfuração de 4 mil poços mencionados. Em resumo, a Y.P.F. pagará os equipamentos a serem utilizados pelo "grupo" para fazer seu negócio; c) estudar a construção de um gasoduto Comodoro Rivadavia-Buenos Aires e de uma fábrica de materiais por 5 milhões de dólares; d) a essência do negócio: importar até 5,6 milhões de metros cúbicos de petróleo. Inversão — O anexo ao Contrato prevê que o "grupo" estadunidense invertará 480 milhões de dólares em

(CONCLUI NA PÁG. 8)

O cenário desta campanha eleitoral ultrapassa de muito as simples competições pessoais, os choques regionais de grupos políticos, embora sejam estes os fenômenos que aparecem na superfície. Ainda que a maioria dos candidatos não se dê conta disto as eleições significam um balanço da luta que se agitou, a partir de 1954, entre o nacionalismo e o entreguismo, a democracia e a reacção.

Em certa medida, este significado essencial do pleito de outubro é velado pelo caráter regional da luta em torno dos governos estaduais e pelo acentuado cunho personalista de que se reveste a disputa de cadeiras na Câmara e no Senado. Mas os tribunaletivos, as forças populares, não se dão por iludidas por tais situações. As forças que se empenham numa luta encarniçada em favor de que estas decisões narrem a vida do povo e o futuro do país.

Em casos em que as características pessoais do candidato, ou a combinação das condições políticas e pessoais, a percepção clara e livre de separação entre o movimento nacionalista e o entreguista. Como é sabido, candidato ligado ao movimento e a reacção para angariar votos, recorrem a "situações" nacionalistas e democráticas. Assim como há tar... dat... que, a... de comprom... com as forças antiimperialistas e populares, por ce las injunções políticas não dependem de forma definitiva a plataforma das correntes que os apoiam. O eleitorado nacionalista não pode, portanto, orientar-se apenas pelas tendências pessoais ou pelas palavras dos candidatos, embora, claro, estas tenham grande importância. Algumas vezes é necessário decidir-se menos pelo candidato em si do que pelas forças que o movem, que dão substância à sua candidatura. Outras vezes, o apoio a um determinado candidato — que pode não ser o melhor ideal das forças revolucionárias — é a única maneira viável de infligir a derrota ao seu opositor, representante dos grupos entreguistas e reacçãoários.

Alguns Aspectos da Campanha Eleitoral

MARIO ALVES

O importante é que as eleições resultem na vitória das forças nacionalistas, na derrota dos candidatos de agruamentos antinacionais e antidemocráticos como Carvalho Pinto, em São Paulo, Peracchi Lacerda, no Rio Grande e Garbas Maranhão, em Pernambuco.

Se as forças nacionalistas e populares obtiverem a vitória em outubro uma vitória incontestável — elegendo fortes bancas nacionalistas à Câmara, ao Senado e às assembleias legislativas, ganhando os jovens estaduais para honestos comprometidos com as causas antiimperialistas e democráticas — não resta dúvida que o caminho estará aberto a novos e grandes triunfos. Sairá fortalecido o dispositivo das forças que vêm lutando por um desenvolvimento independente do país e pela consolidação da democracia. Em tais condições, não será fácil aos grupos entreguistas imporem por mais tempo a conquista de objetivos que há muito amaldiçoam. Será difícil impedir que o país marche para uma posição independente na política externa e que sejam desfechos novos golpes no sistema de dominação dos trustes. O estabelecimento de relações com os países socialistas e a anulação das discriminações antidemocráticas que pesam sobre os comunistas serão colocados, mais cedo ou mais tarde, na ordem do dia.

Não pode haver dúvida, também, de que um revés das forças nacionalistas — a redução de seus blocos parlamentares, a conquista de governos estaduais para elementos ligados ao entreguismo — significaria uma ameaça para o movimento nacionalista e democrático. As vésperas das eleições, os grupos mancomunados com os americanos redobram seus esforços para impedir o desenvolvimento independente de nossa economia e tramam a liquidação do monopólio estatal do petróleo, acenando com a "fórmula Frondizi". A visita de Dulles e a chantagem dos empréstimos americanos servem a estes grupos para alentar as manobras de divisão das forças nacionalistas e populares, seja com os

ataques diretos aos comunistas, seja com as teses insidiosas do "nacionalismo sadio", do "nacionalismo sem exageros", etc. Ganha livre curso nos círculos oficiais a teoria humilhante de que o Brasil está inevitavelmente comprometido com os Estados Unidos em sua política agressiva.

O povo brasileiro tem força suficiente para deter e rechazar estas investidas dos seus inimigos. As eleições de outubro podem e devem, nas atuais circunstâncias, constituir uma clara e inequívoca demonstração a favor do nacionalismo e da democracia. Certo, as eleições são apenas um combate parcial dentro da grande luta que travamos. Mas há combates que decidem a sorte da guerra. Porque alteram de modo decisivo a correlação de forças em luta e abrem nas linhas inimigas uma brecha que afeta sua capacidade de resistência.

A tática eleitoral traçada na "Declaração sobre a política dos comunistas" vem sendo aplicada com sucesso e confirmada na prática pelos acordos eleitorais realizados nos vários Estados. Partindo da necessidade de agrupar todas as forças nacionalistas e democráticas, os comunistas não tomam posição exclusivista e trabalham pela eleição dos candidatos de frente única — sejam eles comunistas ou não. A vitória dos candidatos nacionalistas será uma vitória da unidade de todas as correntes que se opõem ao domínio imperialista. Nesse sentido, a vitória dos nacionalistas é também uma vitória comunista. A reacção sabe disto e o apregoa, alarmada. O que os homens dos trustes mais temem não é a eleição de alguns candidatos comunistas, que pouco poderiam fazer sozinhos. Todo o seu receio é que sejam eleitas poderosas bancadas nacionalistas, que continuem em nível mais alto a luta pela plataforma comum antiimperialista e democrática, plataforma que é também a dos comunistas. Será que isto não está claro ainda para todos? Somente a guerra política, inerente ao sectarismo, pode levar alguém a insistir no isolamento dos comunistas nas eleições.

Há quem pretenda justificar o sectarismo alegando a necessidade que têm os comunistas de desenvolver suas próprias forças na campanha eleitoral. Esta necessidade é incontestável. Mas o caminho para o crescimento das forças comunistas, o caminho para a vitória de candidatos comunistas, não é o do isolamento sectário, e sim o da frente única. Não é isto, precisamente, que a realidade está mostrando por todo o país? Marchando em estreita aliança com outras forças políticas é que os comunistas participam dos acordos eleitorais, exercendo nelas um papel importante. Embora estejam impedidos, por uma discriminação absurda e estúpida, de concorrer

com legenda própria às eleições, é impossível evitar que intervenham abertamente, como força política, na campanha eleitoral. Os comunistas mantêm entendimentos e concluem acordos com forças nacionalistas de quase todos os partidos, quer se trate de partidos do governo ou da oposição. Sua opinião é ouvida e acatada por estas forças. Somente tal política pode impedir o isolamento dos comunistas e conduzir ao crescimento das forças de vanguarda da classe operária. Preguar uma posição exclusivista nas eleições é trabalhar, na prática, pelo enfraquecimento das fileiras comunistas. Não importa a intenção de quem faça essa pregação; ela, objetivamente, favorece o inimigo.

Poucos dias nos separam das eleições. E as correntes nacionalistas, entre elas os comunistas, ainda não puseram em tensão todas as suas forças. Esta mobilização é agora urgente e inadiável. Não se pode retardá-la mais, quando os candidatos entreguistas, financiados pelos milhões dos trustes, semelam a corrupção para colher votos.

O povo espera muito da luta esclarecedora, da capacidade de arregimentação e da energia inesgotável dos comunistas. Nesta hora, não há problemas internos, nem vestígios de divergências passadas, que possam desviar os comunistas de seu dever político, de sua responsabilidade histórica perante a classe operária e o povo. Os combatentes de vanguarda têm hoje, acima de qualquer outra consideração, uma missão a cumprir: derrotar nas urnas as pretensões entreguistas e consolidar as conquistas do nacionalismo e da democracia.

MOSCOU, Julho (Especial para a VOZ OPERÁRIA) — Moscou, com mais de 8 milhões de habitantes, é uma cidade surpreendente desde o primeiro momento.

Bilhetes de MOSCOU

MARIA DA GRAÇA

Do aeroporto chegam e partem aviões de todas as companhias européias. Ao lado dos imensos TU-114 da Frota Aérea Soviética, que cruzam os céus do país em todas as direções, os céus da Ásia e da África, e já pousam em aeroportos de várias capitais da Europa Ocidental em linhas regulares, descem os grandes quadrimotores da Air France, Swiss Air, S.A.A., KLM, B.A.A. e tantas outras. O movimento é estonteantemente intenso, dia e noite.

O edifício e as instalações, grandes em suas proporções, como tudo aqui, não poderia ser comparado em beleza e conforto com os nossos grandes aeroportos brasileiros. O paisagem as velhas casas e as isbás, triste que vale nele é a rapidez dos serviços e o sumário das formalidades que o viajante, oprimido,

fatigado da longa viagem aérea, tem que suportar.

Pela estrada que conduz do aeroporto à cidade, cerca de vinte quilômetros, fomos encontrando os primeiros motivos de surpresa. Construções imensas de um lado e outro. Conjuntos residenciais construídos em ritmo acelerado, capazes de abrigar cada um alguns milhares de famílias. Todos de linhas modernas e simples, separados por parques. Era noite e o trabalho prosseguia, guindastes subindo e descendo na faina de montar a construção, que é feita com reduzido número de operários. Tudo parte do gigantesco plano do governo soviético, de dar, somente à população moscovita, mais 60.000 habitações até ao fim deste ano. Em 1960, Moscou terá um milhão de novas residências e o problema estará praticamente resolvido e varridas da recordação de um passado de miséria e de

Um mundo em construção

Não é possível comparar Moscou a nenhuma outra capital européia. Tudo aqui é diferente. Para ver e compreender esta imensa cidade, quase que toda em construção, é necessário raciocinar em termos e em categorias totalmente diversas daquelas

que estamos habituados a utilizar. Isto aqui é como um mundo nos últimos dias da criação. Moscou hoje é o projeto em execução da Moscou de amanhã.

Entre as coisas que mais impressionam o forasteiro está a largura das avenidas — a Presidente Vargas é estreita ao lado destas grandes avenidas, que se chamam em russo «Perspectiva» — e a multidão nas ruas e nas lojas a qualquer hora do dia e até às 20 horas. O povo compra, compra, compra de tudo, desde pão e manteiga, verduras — pois é verão e há fartura de verduras e frutas — presuntos e peixes, flores, máquinas fotográficas, bicicletas, rádios e televisões, vitrolas e simples «pick-ups» para excursões, livros e discos. Tive a impressão, perdida na ondulante vaga humana que transitava na tarde de ontem pelo GUM (que é uma espécie de imenso mercado ocupando um edifício de três andares de todo um quarteirão), que este povo é que mais compra no mundo.

Outro motivo de surpresa é a alegria, o bom humor, a simplicidade e a amabilidade permanente do moscovita. Povo hospitaleiro, sempre encantado com qualquer estrangeiro que encontra, que procura logo cercar de gentilezas e nada podendo fazer para agradá-lo, brinda-o com um sorriso de boas-vindas, povo bem parecido com o carioca. Povo que oferece no primeiro momento aquela tão conhecida impressão de desleixo mesmo mau gosto no trajar. Mas, não se vê ninguém andrajoso ou descalço.

desabrigado ou mesmo com roupas sujas e surradas, com aspecto de pobreza ou miséria que tanto nos revolta nas favelas e nos bairros mais pobres das nossas cidades brasileiras. Gente bem alimentada a daqui, de aspecto saudável, limpa e bem arrumada em seus trajes simples e quase sempre de mau gosto. Tante para homens como para mulheres a moda, em geral, ainda é a de uns 10 ou 15 anos atrás. Dizem que em outras cidades, como Leningrado, Stalingrado, e Kiev, por exemplo, o povo já se traja melhor e com mais apuro. Dizem, também, que o moscovita é mesmo o povo que menos liga a essa questão de trajar bem.

A explicação, porém, é outra. Procuraremos reproduzi-la mais adiante tal qual nos foi dada por um simpático velhinho de alvos bigodes que encontramos numa esquina da Perspectiva Gorki, e a quem nos dirigimos em inglês, perguntando onde tomar uma condução para o nosso hotel. A resposta nos veio num francês perfeito e nesse idioma mantivemos demorada palestra com o nosso amigo, moscovita de 60 anos, recentemente aposentado com 60% do seu salário de funcionário ferroviário.

N. E. — Divulgamos hoje o segundo «Bilhetes de Moscou». Este, como o primeiro, publicado em nossa edição de domingo 23.8.55, é de autoria da jornalista Maria da Graça, que visitou a URSS e agora se encontra na China Popular. Por um descuido de paginação, o primeiro «Bilhete» saiu sem essa indicação.

CONTANOS o autor,

nesta pequeno volume, as aventuras e desventuras de Mário Penafort, famoso compositor de valsas, que desfrutou de enorme popularidade, durante o primeiro quartel deste século, ao lado de Nazaré, de Eduardo Souto, de Sinhô. A fama de Mário Penafort chegou mesmo a transpor as fronteiras nacionais, projetando-se pelo mundo através de Paris, onde ganhou o primeiro prêmio num concurso de valsas, em 1914. A guerra batia às portas de Paris, e Paris, valsava furiosamente. O brasileiro Mário Penafort, boêmio à boa moda da chamada «Belle époque», foi o «rei» dessas valsas que Paris dançava sobre o obismo.

A glória de Santos Dumont já andava meio esquecida, e não tardaria que o grande pássaro metálico, que o seu gênio inventivo criara para a paz, se convertesse em tremenda arma de guerra. Mas a Europa de novo se curvava «ante o Brasil», agora representado pelo valista Mário Penafort. Paris, a França, a Europa inteira valsavam ao languido compasso das valsas do brasileiro, até que o tiro funesto de Seratevo — gigantescamente mais funesto que os dardos de Troia — deu o sinal da dansa macabra de ferro e fogo da primeira guerra mundial.

Mário Penafort, de regresso ao Brasil, continuou a compor as suas valsas, longe do mortífero compasso dos canhões. Mas também a longa «belle époque» teria um fim.

A parte mais interessante do livro de Onestaldo de Penafort é justamente aquela de recordação de certos aspectos da vida carioca nas duas primeiras décadas do século. O velho Rio de Machado de Assis desaparecia sob os escombros do Terremoto chamado Pereira Passos, e a cidade renovada tomava uns ares de refinadas elegâncias, meio ingênuas meio cabotinas, pura invenção do cronista mundano, Figueiredo Pimentel e do estupefido caricaturista J. Carlos. João do Rio, mágico, rebrilhante, fixou nos seus livros a «vida vertiginosa» da renovada urbe carioca. As páginas de recordação de Onestaldo de Penafort

NOTAS sobre LIVROS

* ASTROILDO PEREIRA *

Onestaldo de Penafort, Um Bel da Valsa. Livraria S. José, Rio, 1958

século de guerras e revoluções. Mas a «sociedade» — isso que se chamava então de «tout Rio» e hoje se chama de «café society» — não se dava conta de nada e continuava a acreditar em Figueiredo Pimentel, como hoje acredita em Ibrahim Sued. Entretanto, a cidade de Figueiredo Pimentel e João do Rio pouco sobreviveria à velha cidade de Machado de Assis. Os «almofadinhas» e as «me-lindrosas» de J. Carlos permaneciam nas revistas mundanas; os boêmios da literatura e das confeitarias continuavam a cultivar trocadilhos e carraspanas; mas ao lado da cidade fútil e descuidosa, uma outra cidade crescia, cidade de trabalho e de pensamento grave, fazendo ouvir a sua voz em consonância com as vozes revolucionárias do novo século — era o Rio da Zona Norte, que não fazia o «footing» na Avenida, não ia ao «five-o'clock-tea» da Alvar e da Lallet, não morava em Botafogo nem veraneava em Petrópolis, não sabia quem era a Réjane nem o Brulé, só conhecia o Municipal por fora e só gostava mesmo era das piadas do Alfredo Silva nos teatros da Praça Tiradentes. Este outro Rio teve também o seu cronista — o mulato Lima Barreto, que bebia cachuapa nos dutecos subterrâneos e ria nas bochechas do Figueiredo Pimentel. O «maximalista» Lima Barreto, que compreendeu a que significava o 7 de Novembro de 1917, foi a grande voz literária da cidade que lutou contra a guerra em 1915, que desencadeou a grande greve de novembro de 1918, que desfilou no 1º de Maio de 1919. Lima Barreto, colaborador dos jornais operários SPARTACUS e VOZ DO POVO, foi o escritor desse outro Rio que estremeceria ao troar dos canhões do primeiro 5 de Julho, no mesmo ano em que a classe operária iniciava a construção do P.C.B.

Estas coisas que dei-me também eu a recordar, depois de lida a última página do livro de Onestaldo de Penafort.

nafort ressoam agora como o eco daqueles dias trepidantes.

Para muita gente o século XIX prolongou-se até meados de 1914, datando do começo desta conturbado século de guerras e revoluções. Mas a «sociedade» — isso que se chamava então de «tout Rio» e hoje se chama de «café society» — não se dava conta de nada e continuava a acreditar em Figueiredo Pimentel, como hoje acredita em Ibrahim Sued. Entretanto, a cidade de Figueiredo Pimentel e João do Rio pouco sobreviveria à velha cidade de Machado de Assis. Os «almofadinhas» e as «me-lindrosas» de J. Carlos permaneciam nas revistas mundanas; os boêmios da literatura e das confeitarias continuavam a cultivar trocadilhos e carraspanas; mas ao lado da cidade fútil e descuidosa, uma outra cidade crescia, cidade de trabalho e de pensamento grave, fazendo ouvir a sua voz em consonância com as vozes revolucionárias do novo século — era o Rio da Zona Norte, que não fazia o «footing» na Avenida, não ia ao «five-o'clock-tea» da Alvar e da Lallet, não morava em Botafogo nem veraneava em Petrópolis, não sabia quem era a Réjane nem o Brulé, só conhecia o Municipal por fora e só gostava mesmo era das piadas do Alfredo Silva nos teatros da Praça Tiradentes. Este outro Rio teve também o seu cronista — o mulato Lima Barreto, que bebia cachuapa nos dutecos subterrâneos e ria nas bochechas do Figueiredo Pimentel. O «maximalista» Lima Barreto, que compreendeu a que significava o 7 de Novembro de 1917, foi a grande voz literária da cidade que lutou contra a guerra em 1915, que desencadeou a grande greve de novembro de 1918, que desfilou no 1º de Maio de 1919. Lima Barreto, colaborador dos jornais operários SPARTACUS e VOZ DO POVO, foi o escritor desse outro Rio que estremeceria ao troar dos canhões do primeiro 5 de Julho, no mesmo ano em que a classe operária iniciava a construção do P.C.B.

Estas coisas que dei-me também eu a recordar, depois de lida a última página do livro de Onestaldo de Penafort.

Poucos dias nos separam a eleição. E as correntes nacionalistas, entre elas os comunistas, ainda não puseram a tensão total em suas forças. Esta mobilização é urgente e inadiável. Não se de retardar a mais, quando candidatos entremistas, financiados pelos milhões de dólares, semeiam a corrupção para colher votos.

O povo espera muito da palavra esclarecedora, da capacidade de arregimentação e energia inesgotável dos comunistas. Nesta hora, não há problemas internos, nem vestígios de divergências passadas, e podemos desviar os comunistas de seu dever político, sua responsabilidade histórica perante a classe operária e o povo. Os combatentes da revolução têm hoje, acima de qualquer outra consideração, a missão a cumprir: derrotar nas urnas as pretensões burguesas e consolidar as conquistas do nacionalismo e da democracia.

fatigado da longa viagem aérea, tem que suportar.

Pela estrada que conduziu do aeroporto à cidade, cerca de

Estamos encontrando os primeiros sinais de surpresa. Construções e o outro. Conjuntos residenciais em ritmo acelerado, cada um alguns milhares de metros modernos e parques. Era noite e a lua, guindastes subindo e de montar a construção, aduzido número de operários gigantesco plano do godar, somente à população de 80.000 habitantes até ao 1960. Moscou terá um milhão e o problema es-resolvido e varridas das casas e as isbás, triste passado de miséria e de

abrigado ou mesmo com capas sujas e surradas, com pecto de pobreza ou miséria que tanto nos revolta nas velas e nos balcores mais pres das nossas cidades insleiras. Gente bem alimentada a da qual, de aspecto saudável, limpa e bem-armada em seus trajes sim-s e quase sempre de mau gosto. Tante para homens para mulheres a moda, geral, ainda é a de uns ou 15 anos atrás. Dtzem em outras cidades, como nigrado, Stalingrado, e v, por exemplo, o povo já traja melhor e com mais ru. Dtzem, também, que moscovita é mesmo o po-que menos liga a essa estão de trajar bem.

explicação, porém, é ou- Procuraremos reprodu- a mais adiante tal qual fol dada por um simpá- velhinho de alvos bigo- que encontramos numa es- na da Perspectiva Gorki, a quem nos dirigimos em- les, perguntando onde to- r uma condução para o so hotel. A resposta nos o num francês perfeito e se idioma mantivemos de- rada palestra com o nosso gido, moscovita de 60 anos, gentemente aposentado com % do seu salário de fun-ário ferroviário.

V. E. — Divulgamos hoje quando "Bilhetes de Mos-". Este, como o primeiro, publicado em essa edição domingo 11. O, é de au- da jornalista Maria Sa- raça, que visitou a URSS agora se encontra na Chi- Popular. Por um descui- de paginação, o primeiro "Bilhetes" saiu sem essa in-ção.

ROMPIMENTO COM O SR. TOGO DE BARROS

A FINAL as forças coligadas, que apoiam a candidatura do sr. Roberto Silveira no Estado do Rio, romperam com o governador Togo de Barros. Este, como se sabe, ascendeu ao Palácio do Ingá com o apoio daquela coligação, após o afastamento do sr. Miguel Couto Filho para fim de concorrência ao pleito eleitoral. O rompimento ocorreu em tão breve prazo, resulta do gradual desligamento do próprio sr. Togo de Barros das forças, que elegeram para o cargo de governador. É notório que o atual incumbente do Ingá tem cedido, e não pouco, ao PSD amaralista. Questão de preferências...

É de lamentar que, neste episódio, as forças coligadas em torno do sr. Roberto Silveira não tenham procedido a prévias consultas mútuas, a fim de que o ato afinal praticado tivesse o devido caráter unitário. Tratando-se de interesses comuns da frente única, não pode deixar de ser obrigatória a consulta a todas as forças políticas participantes. Acreditamos que a prática desta norma contribuirá para reforçar a campanha nacionalista e democrática pela eleição dos srs. Roberto Silveira, Paulo Araújo e Miguel Couto Filho.

Plataforma Eleitoral de Frente Única Das Forças Nacionalistas do Distrito Federal

Programa a ser defendido na Câmara de Vereadores e na Câmara de Deputados — Defesa dos princípios nacionalistas, das liberdades democráticas e dos interesses populares — Soluções apresentadas para os problemas que mais afligem a população carioca

As forças nacionalistas do Distrito Federal lançaram a seguinte plataforma eleitoral de frente única contendo o programa mínimo a ser defendido na Câmara de Vereadores e na Câmara de Deputados:

PARA A CÂMARA DOS VEREADORES

I — Contribuir com energia — nos debates e votações, bem como através dos movimentos de opinião pública — para que a Câmara Municipal sempre delibere ou se pronuncie em prol dos princípios nacionalistas, das liberdades democráticas e dos interesses populares, inclusive com referência a questões que dependem de leis ou decisões no plano federal.

II — Exigir de imediato, a estrita execução dos termos das vigentes concessões de energia elétrica, telefones, gás, e carris, aplicando-se à Light as multas e outras penalidades previstas por violações contratuais; diligenciar a participação do D. C. T. no atual sistema telefônico, mediante acordo com a P.D.F., opor-se, com vigor, às tentativas que visam proporcionar à Light vantagens indevidas, como a da imediata transferência do serviço de bondes para a Prefeitura, quando se sabe, por exemplo, que em 1960 expirará o contrato da Companhia Jaridim Botânico; pugnar por uma solução global nacionalista para o problema representado pelo grupo Light, promovendo-se a intervenção na Empresa, com o objetivo de realizar o inventário de seu patrimônio, controlar a escrituração contábil, apurar as fraudes, planificar a melhoria de suas atividades e encaminhar, finalmente, a sua encampação pelo Poder Público, em defesa dos interesses do Distrito Federal e do Brasil.

III — a) Controlar a execução integral das iniciativas programadas na Lei 899 (Av. Beira-Mar, Norte-Sul, Perimetral, Presidente Vargas, Radial Oeste, Radial Sul, desmonte do Morro de Santo Antônio, aterro da Orla Marítima da Glória e Flamengo, terminação e abertura de túneis, saneamento e urbanização da zona suburbana e obras comunitárias) e fiscalizar a aplicação das verbas a elas destinadas.

b) Lutar:

- 1) Pela unificação dos transportes coletivos, construção do Metrô e dos elevados e adoção dos ônibus elétricos;
- 2) pelo urgente cumprimento da Lei 613 de 31-X-51, que prevê a construção de 138 escolas primárias, nos bairros nela mencionados, e pelo aumento do número de estabelecimentos de ensino secundário, técnico profissional e normal e criação de creches e jardins de infância;
- 3) pela atualização e execução do plano de Hospitais e Ambulatórios organizado na administração Pedro Erneste;

4) pela imediata observância da Lei 711, de 15-7-52, que prescreve a ampliação do Laboratório de Produtos Terapêuticos;

5) pela conclusão, no menor prazo, das obras para abastecimento de água (a nda altamente precário em virtude da inoperância e erros da Administração, inclusive os danosos contratos com a Tetracop) e renovação da rede distribuidora;

6) pela concretização da Lei que determina a instalação de 3 usinas de industrialização do lixo.

IV — a) Oposição terminante a qualquer despejo de favores e procedimento rigoroso contra a atuação antisocial dos grileiros; permissão para a reforma ou a reconstrução das habitações dos favelados, com a necessária alteração das disposições em contrário do Decreto 6.000 (Código de Obras); melhoria das condições de acesso, fossos higiênicos, água, luz, escolas, e postos médicos.

b) Aprovação de lei que assegure a manutenção das

Processo de Desnacionalização da Indústria Provocado Pela Instrução 113, da SUMOC

COM a reunião, na última sexta-feira, da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o caso da instalação no país da American Can Corporation e a aplicação da Instrução 113, da SUMOC, durante a qual foram ouvidos os depoimentos dos srs. Inácio Tosta Filho, diretor da CACEX, e Lídio Lunardi, presidente da Confederação Nacional da Indústria voltou ao debate a política de facilidades às inversões de capitais estrangeiros no país, em detrimento dos interesses da indústria nacional.

Dois depoimentos radicalmente opostos. O do sr. Tosta Filho, como era de se esperar, defendendo os interesses antinacionais dos trustes estrangeiros, em particular do truste norte-americano de estamparia, utilizando todos aqueles «argumentos» já pulverizados durante a

Importante depoimento prestado à Comissão Parlamentar de Inquérito pelo sr. Lídio Lunardi, presidente da Confederação Nacional da Indústria — O que é a Instrução 113 — Ameaçadora para os privilégios concedidos aos capitais estrangeiros

memorável campanha popular realizada há pouco tempo contra as pretensões do truste lanque; o do presidente da Confederação Nacional da Indústria, em defesa da indústria nacional, de denúncia das facilidades e privilégios concedidos pela Instrução 113 aos capitais estrangeiros, em prejuízo dos nacionais.

A luta contra a Instrução 113 é um importante FRONT da luta geral de nosso povo

pelo desenvolvimento independente da economia nacional. Nessa frente defrontamos as forças do entreguismo e do nacionalismo, dos que desejam subordinar, cada vez mais, a nossa economia aos trustes estrangeiros, e daquele que se batem pela emancipação de nossa pátria. Dalí o interesse despertado no seio da opinião pública da última reunião daquela comissão parlamentar de inquérito.

O que é a Instrução 113

Disse o sr. Lídio Lunardi, em seu depoimento, que o Brasil possui uma legislação cambial das mais favoráveis à inversão de capitais estrangeiros, acreditando mesmo que tenhamos pecado nesse sentido, tantas são as facilidades concedidas. A legislação brasileira é excessiva-

PARA A CÂMARA FEDERAL

I — Orientação nacionalista, democrática e progressista, consubstanciada nos seguintes pontos principais:

a) defesa do monopólio estatal do petróleo; nacionalização progressiva do comércio por atacado dos derivados do petróleo;

b) política de energia elétrica subordinada aos interesses do país, em especial à sua industrialização, e, portanto, contrária aos trustes internacionais; manutenção do atual Código de Águas; estímulo aos programas de Eletrobrás, garantindo-se o monopólio de distribuição pelo Estado, da energia produzida nas Usinas por ele construídas;

c) incentivo à concretização das Diretrizes do Conselho de Segurança Nacional concernentes à política nacional de energia nuclear (PNEN);

d) luta contra qualquer Tratado. Acórdão. Ajuste ou empréstimo que importe em concessões nocivas à soberania da Pátria e ao nosso livre desenvolvimento econômico;

e) estabelecimento e efetivação de relações diplomáticas, culturais e comerciais com todos os países, sem qualquer discriminação;

f) exploração estatal, pelo DCT, dos serviços de telefonia, telefonia, radiotelegrafia e radiotelegrafia;

II — a) Rigoroso respeito a todas as liberdades públicas e individuais consagradas no art. 141 da Constituição; reconhecimento do direito de todos os partidos à vida legal; abolição de qualquer restrição por motivos ideológico, filosófico, político ou cultural, ao direito de votar e ser votado;

b) envidar todos os esforços para que sejam levados à prática os preceitos alusivos ao amparo à educação e ao ensino, que se lêem no Título VI, Capítulo I, da Carta Magna; plano nacional para a mais rápida redução do analfabetismo; estabelecimento de bases e diretrizes educacionais da ação, com os interesses de nosso desenvolvimento cultural e econômico;

c) defesa da Lei do Inquilinato;

d) pugnar pela rápida aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social e a Lei de Greve ora no plano federal.

III — Aprovação do plano de classificação de cargos e funções dos servidores federais, constante do substitutivo Elias Adame, ora em curso na Câmara Federal, com as emendas adotadas pelo II Congresso Nacional Extraordinário dos Servidores Públicos Civis do Brasil.

coletividade e às legítimas aspirações dos funcionários; combate ao entreguismo, fe de burocratismo e de corrupção.

g) defesa e fortalecimento da Marinha Mercante; anulação das autorizações a empresas estrangeiras para efetuarem transporte de cabotagem; apoio à iniciativa brasileira nas indústrias de construção naval, aeronáutica e automobilística, sobretudo à Fábrica Nacional de Motores.

h) política tarifária norteada de modo a preservar e impulsionar a indústria nacional, particularmente com a adoção de tarifas protetoras da indústria de base; aplicação de justos critérios de câmbio, que favoreçam o progresso econômico do país, notadamente no setor da indústria básica pela fixação de taxas protetoras; proporcionar exclusivamente aos investidores nacionais os privilégios constantes do Capítulo V do Decreto 42.320 (que incorporou a Instrução 113) referente aos investimentos estrangeiros com importação de equipamentos sem cobertura cambial; controle de remessa de rendimentos de capitais estrangeiros que operam no país;

i) medidas de reforma agrária em defesa dos camponeses e em benefício do aumento da produção agrícola e da ampliação do mercado interno;

j) reaparelhamento, com urgência, da E. F. C. B. e eletrificação da E. F. Leopoldina.

Etelvino, o Campo da Fraude

O candidato das Oposições Unidas de Pernambuco ao governo do Estado, sr. Cid Sampaio, vem de denunciar à imprensa, uma dessas sérias manobras em que se envolveu o sr. Etelvino Lins, já há algum tempo, aliás, brilhantemente secundado pelo sr. Cordeiro de Farias. Segundo a denúncia, o oficialismo fez imprimir nas oficinas gráficas da Polícia Militar de Pernambuco, à custa dos dinheiros públicos, numerosos exemplares da carta-testamento de Getúlio Vargas, e na mesma página, uma inscrição. Esta, é claro, não menciona a posição dos srs. Cordeiro de Farias e Etelvino Lins durante o golpe de 24 de agosto, quando, como é público, formaram ao lado de Lacerda, Juarez e outros que compeliram ao gesto extremo o presidente Getúlio Vargas. A inscrição, ao contrário, faz uma referência caluniosa ao candidato das oposições, apontando-o como tendo festejado com um banquete a trágica morte de Vargas.

Em matéria de fraude eleitoral, aliás, o sr. Etelvino é soberaneamente conhecido. Ainda esta semana, o jornalista Osório Borba no "Diário de Notícias" aludia a um eleitorado-fantasma de 50 mil almas, fabricado a bico de pena pela máquina política e corruptora do sr. Etelvino Lins, contingente que "derrotou" o candidato oposicionista João Cleofas, no pleito de 1954. Também se poderia recordar outro episódio fraudulento, este por certo inédito nos anais da trampolagem em qualquer parte e em qualquer tempo. Referimo-nos à falsificação de uma edição do "Folha do Povo", a 3 de outubro de 1954: de parceria com a empresa americana de eletricidade "Pernambuco Tramways", o sr. Etelvino Lins mandou suspender o fornecimento de energia às oficinas, daquele jornal, enquanto, em outra oficina, imprimia uma edição apócrifa do mesmo, com uma orientação política.

Os resultados negativos dessa orientação de nosso comércio exterior se fizeram sentir mais acentuadamente, a partir dos meados de 1954, quando iniciamos o processo de desenvolvimento baseado em dezenas de anos com relação a particular, profundamente danosas consequências no século atual, submetidos quase ao mercado quase exclusivo dos Estados Unidos.

entar de Inquérito Nacional da Indústria nacional estrangeiros

de produção com relação a emissões de lucros, investimentos e transferência de tecnologia de juros, com o desenvolvimento econômico do país, e pondo-o em cheque.

Instrução 113 é, até certo ponto, o documento que explica a aplicação dos legais sobre a matéria. Na redação propositiva e pouco clara e, mais disso, a sua aplicação, criando condições desfavoráveis à entrada de capitais estrangeiros destinados a empréstimos destinados a empresas brasileiras, tanto todas as facilidades concedidas às empresas estrangeiras. Por ela, os indústrias brasileiros que desejam importar novas máquinas para a modernização de suas fábricas, instalação de novas, são obrigados a licitar dólares no mercado livre, submetendo-se a elevados ângulos. Enquanto os capitalistas estrangeiros trazem para o Brasil máquinas e equipamentos usados e amortizados

Ameaçando a Indústria Nacional

O sr. Etelvino Lins e o sr. Cordeiro de Farias, em Cid Sampaio e Peló Silveira, isto é uma adulação, um charreado à estreita unidade e à vigilância. Do contrário, como uma ilha de independência, no politalismo e infelicidade há mais de 20 anos, quase sem interrupção, os grupos entreguistas.

INDA ECONÔMICA

ARA ali, e para os países situados na América Latina, é oportuno mais de dois terços de nossos bens de consumo necessários ao nosso desenvolvimento, e quem vender. Como mercados consumidores por cento de nossos produtos exportados, cacau, algodão, minérios, etc., os preços, evitando-se quando a

Nacionalização da Indústria Instrução 113, da SUMOC

Importante depoimento prestado à Comissão Paritária pelo sr. Lídio Lunardi, presidente da Confederação Nacional da Indústria — O que é a Instrução 113 — Ameaçada face aos privilégios concedidos aos capitais estrangeiros

memorável campanha popular realizada há pouco tempo contra as pretensões do truste lanque; o do presidente da Confederação Nacional da Indústria, em defesa da indústria nacional, de denúncia das facilidades e privilégios concedidos pela Instrução 113 aos capitais estrangeiros, em prejuízo dos nacionais.

Luta contra a Instrução 113 é uma importante frente da luta geral de nosso povo

Política Das Federal

coletividade e às legítimas aspirações dos funcionários; combate ao empreguismo, feição de burocratismo e de corrupção.

MARA FEDERAL

g) defesa e fortalecimento da Marinha Mercante; anulação das autorizações a empresas estrangeiras para efetuar transporte de cabotagem; apoio à iniciativa brasileira nas indústrias de construção naval, aeronáutica e automobilística, sobretudo à Fábrica Nacional de Motores.

h) política tarifária norteada de modo a preservar e impulsionar a indústria nacional, particularmente com a adoção de tarifas protetoras da indústria de base; aplicação de justos critérios de câmbio, que favoreçam o progresso econômico do país, notadamente no setor da indústria básica pela fixação de taxas protetoras; proporcionar exclusivamente aos investidores nacionais os privilégios constantes do Capítulo V do Decreto 42.230 (que incorporou a Instrução 113) referentes aos investimentos estrangeiros com importação de equipamentos sem cobertura cambial; controle de remessa de rendimentos de capitais estrangeiros que operam no país;

i) medidas de reforma agrária em defesa dos camponeses e em benefício do aumento da produção agrícola e da ampliação do mercado interno;

j) reaparelhamento, com urgência, da E. F. C. B. e eletrificação da E. F. Leopoldina.

o a todas as liberdades públicas no art. 141 da Constituição; todos os partidos à vida legal; o por motivos ideológicos, filio-direito de votar e ser votado;

rcos para que sejam levados à aprovação da Lei Orgânica da Greve ora no plano federal.

no de classificação de cargos e salários, constante do substitutivo à Câmara Federal, com as emendas do Conselho Nacional Extraordinário dos

de Inquérito Nacional da indústria nacional estrangeiros

de prodígia com relação às emissões de lucros, inversões diretas e transferência de propriedade de juros, consistindo no flagrante do desenvolvimento econômico do país, e pondo-o em cheque.

Instrução 113 é, até certo ponto, o documento que define a política legal sobre a matéria. Sua redação propositiva é pouco clara e, mais ainda, a sua aplicação, criando condições desfavoráveis à entrada de capitais estrangeiros destinados às empresas brasileiras, tanto todas as facilidades concedidas às empresas estrangeiras. Por ela, os investidores estrangeiros que desejam importar novas máquinas para a modernização de suas fábricas, instalação de novas, são obrigados a licitar dólares no mercado livre, submetendo-se a condições desfavoráveis. Enquanto os capitais estrangeiros trazem para o Brasil máquinas e equipamentos usados e amortizados

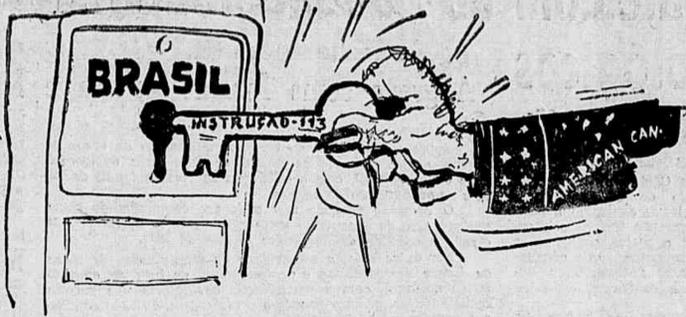
O que é a Instrução 113

Disse o sr. Lídio Lunardi, em seu depoimento, que o Brasil possui uma legislação cambial das mais favoráveis à inversão de capitais estrangeiros, acreditando mesmo que tenhamos pecado nesse sentido, tantas são as facilidades concedidas. A legislação brasileira é excessiva-

Etelvino, o Campo da Fraude

O candidato das Oposições Unidas de Pernambuco ao governo do Estado, sr. Cid Sampaio, vem de denunciar pela imprensa, uma dessas sérias manobras em que é fértil o sr. Etelvino Lins. Já há algum tempo, aliás, brilhantemente secundado pelo sr. Cordeiro de Farias. Segundo a denúncia, o oficialismo fez imprimir nas oficinas gráficas da Polícia Militar de Pernambuco, à custa dos dinheiros públicos, numerosos exemplares da carta-testamento de Getúlio Vargas, e na mesma página, uma inscrição. Esta, é claro, não menciona a posição dos srs. Cordeiro de Farias e Etelvino Lins durante o golpe de 24 de agosto, quando, como é público, formaram ao lado de Lacerda, Juarez e outros que compõem ao gesto extremo o presidente Getúlio Vargas. A inscrição, ao contrário, faz uma referência caluniosa ao candidato das oposições, apontando-o como tendo festejado com um banquete a trágica morte de Vargas.

Em matéria de fraude eleitoral, aliás, o sr. Etelvino é sobretudo conhecido. Além da esta semana, o jornalista Osório Borba no "Diário de Notícias" aludia a um eleitorado-fantasma de 50 mil almas, fabricado a bico de pena pela máquina oficial e corruptora do sr. Etelvino Lins, contingente que "derrotou" o candidato oposicionista João Cleofas, no pleito de 1954. Também se poderia recordar outro episódio fraudulento, este por certo inédito nos anais da trampolinagem em qualquer parte e em qualquer tempo. Refirimo-nos à falsificação de uma edição do diário popular recifense "Folha do Povo", a 3 de outubro de 1954: de parceria com a empresa americana de eletricidade "Pernambuco Tramways", o sr. Etelvino Lins mandou suspender o fornecimento de energia às oficinas daquele jornal, enquanto, em outra oficina, imprimia uma edição apócrifa do mesmo com



nos países de origem, sem necessidade de cobertura cambial, com o dólar ao "custo de câmbio".

Essa, uma situação discriminatória orla profundamente contrária aos interesses da indústria nacional, e que põe em risco sua própria existência. Capitais estrangeiros, utilizando-se dessas facilidades, têm entrada no país. Segundo dados da SUMOC, apresentados pelo sr. Tosta Filho, em seu depoimento, de meados de 1955, início da vigência da Instrução 113, até hoje, foram concedidos a empresas estrangeiras licenças de ingresso de cerca de 24 bilhões de cruzeiros. Esses números, porém, estão longe de exprimir toda a realidade, uma vez que tem sido grande a entrada de capitais estrangeiros sob idênticas condições, como capitais de participação em indústrias nacionais que, associando-se a similares estrangeiras, utilizam das facilidades concedidas pela Instrução 113.

Ameaça à Indústria Nacional

O contínuo influxo de capitais estrangeiros ao nosso país, nas condições privilegiadas estabelecidas pela Instrução 113, representa uma grave ameaça à indústria nacional. Importando suas máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, e aqui instalando novas fábricas ou ampliando e modernizando as que já possuem, os trustes estrangeiros, em particular os norte-americanos, situam-se numa posição altamente vantajosa em relação aos industriais brasileiros, o que lhes possibilita realizar uma concorrência desleal, a prá-

tica do DUMPING para assemblagem do mercado consumidor, levando à falência a indústria nacional similar, ou a sua subordinação às empresas estrangeiras. Esse é o caso, entre outros, da indústria de cigarros, e agora o da de estampanaria, cuja existência está ameaçada em face do pedido da American Can Co. à SUMOC, de autorização para importar máquinas

dos Estados Unidos, nas condições estabelecidas pela Instrução 113, destinadas à sua subsidiária Canco Metalgráfica S/A, instalada em São Paulo. Se tal autorização for concedida e levada à prática, centenas de fábricas nacionais de estampanaria serão condenadas ao desaparecimento, e o mercado passará ao controle absoluto do truste americano.

Desnacionalização da Indústria

Importante tópico do depoimento do sr. Lídio Lunardi, é o que se refere ao processo de desnacionalização da indústria nacional, em consequência da aplicação da Instrução 113.

Disse o sr. Lunardi que na distribuição das facilidades de custo de câmbio, concedidas aos empreendimentos considerados de grande interesse para a economia nacional, passaram a ser privilegiadas inversões de maior rentabilidade, reservados às empresas estrangeiras que realizam inversões diretas.

Essa situação, afirmou o presidente da Confederação Nacional da Indústria, de discriminação favorável a empresas estrangeiras, em detrimento das empresas nacionais, levou industriais brasileiros a reivindicarem importação financiada de bens de produção para investimentos equiparáveis aos que beneficiam os investidores estrangeiros, pela Instrução 113. A continuar o critério atualmente seguido, processar-se-á uma constante descapitalização da indústria nacional, em benefício de indústrias estrangeiras que pouco a pouco tomarão conta dos empreendimentos mais rentáveis, aumentando consequentemente, com a remessa de lucros

cada vez maiores para o estrangeiro, a evasão de recursos nacionais.

Está assim, em franco desenvolvimento, o processo de desnacionalização da indústria nacional. Premidos pelas circunstâncias, industriais brasileiros se associam a industriais estrangeiros para, por seu intermédio, e acobertado pelas facilidades concedidas a estes pela Instrução 113, importarem máquinas e equipamentos indispensáveis à modernização e ampliação de suas fábricas. Assim, firmas estrangeiras passam a acionistas de fábricas brasileiras, influindo em sua orientação e delas retirando dividendos que são remetidos ao exterior e representam substancial evasão de recursos nacionais.

Nula a Instrução 113

Por fim, em seu depoimento, o sr. Lídio Lunardi mostrou que a Instrução 113, da SUMOC, não tem nenhuma razão legal de existir, a partir de 16 de dezembro do ano passado, quando entrou em vigor o Regulamento da Lei de Tarifas, cujo texto obedece a uma orientação contrária aos termos em que se assenta aquela portaria.

JÂNIO, O ENTREGUISMO

E A CORRUPÇÃO

Numa reunião de políticos de São Paulo que estão apoiando a candidatura Carvalhal Pinto, o sr. Jânio Quadros, fez declarações contra a Petrobrás e a política do monopólio estatal do petróleo.

Como se tivesse aludido, então, ao nacionalismo, o governador de São Paulo saltou com quatro pedras na mão, a gritar:

«Esse nacionalismo e principalmente esse estatismo é uma grande farsa e uma grande chantagem. Se houvesse um plebiscito o nacionalismo seria repellido em dez minutos.»

Alguém lembrou o exemplo do Iraque.

E o sr. Jânio Quadros, sempre no tom de desamparo: «O Iraque, rapazinho, é outro problema. O Iraque tem petróleo e este país não tem.»

Seguiram-se outros disparates. Afirmando o sr. Jânio Quadros que a era do petróleo já passou, pois nos encontramos na era da energia atômica. Dai pulou para a tese entreguista do sr. João Neves da Fontoura, da alienação progressista da soberania nacional sustentando isto: «Precisamos nos convencer de que não há mais nada de povo algum: tudo é de todos.»

Vê-se, nessa pequena série de barbaridades, uma nítida orientação entreguista, em termos os mais ousados. Diante da péssima repercussão das palavras o sr. Jânio Quadros se viu obrigado a tentar um desmentido, pela televisão. Acontece, porém, que as declarações entreguistas do governador de São Paulo não poderiam ser adulteradas por uma simples questão de alteração de forma. As diversas afirmações, feitas no estilo apañhacado do sr. Jânio, apresentavam-se concatenadas e mantidas no



Jânio, o «puritano» corruptor

disparado do entreguismo.

Que dizer, então, do homem que o sr. Jânio Quadros foi buscar para substituí-lo nos Campos Eliseos? E se ainda levamos em consideração que o candidato do sr. Jânio é também candidato de forças nitidamente antipopulares, e, portanto, ligado a interesses norte-americanos, então não poderá haver dúvidas sobre a política

defendida pelo sr. Jânio, o criador, e também por sua criatura, o candidato Carvalhal Pinto.

Sem dúvida a declaração entreguista foi um desabafo. O desmentido aquelas reiteradas afirmações deve ser levado em conta da hipocrisia do sr. Jânio Quadros, o comediante que fingia jantar saudichos diante de microfones, o homem que usa a demagogia de chita contra a corrupção e que, no entanto, preside a atual campanha Carvalhal Pinto, baseada antes de tudo, na mais desbragada compra de consciências.

Nessa bacanal, o tartufismo do sr. Jânio Quadros jogou toda o peso do aparelho do Estado utilizando ao mesmo tempo o poder econômico de entidades industriais, comerciais e bancárias aliadas ao atual ocupante dos Campos Eliseos. No interior, só são pagas verbas aos prefeitos da panelinha do monarca Jânio. Além desses elementos objetivos, usou um jogo de promessas, usadas em favor do sr. Carvalhal Pinto pelo homem que ainda age, depois de formular as mais antipatrióticas declarações sobre o problema do petróleo imediatamente se apressou em dar marcha a ré e a desdizer e que disse, em face dos protestos provocados por suas heresias

DA ECONOMIA Comércio Exterior e Petróleo

DOUCO têm evoluído as linhas mestras de nosso comércio exterior. No passado, quase três séculos vivemos presos aos mercados da metrópole portuguesa; com a abertura dos portos e a Independência, caímos sob o controle do mercado inglês; e, a partir do fim da I Guerra Mundial, entramos cada vez mais sob a tutela dos Estados Unidos da América do Norte. Há, assim, toda uma linha tradicional de subordinação do comércio exterior do Brasil aos interesses monopolísticos de um país estrangeiro, tradição que ainda não conseguimos romper apesar de contrária ao desenvolvimento independente de nossa economia.

Os resultados negativos dessa orientação unilateral em nosso comércio exterior se fizeram sentir, de maneira mais acentuada, a partir dos meados do século passado, quando iniciamos o processo de desenvolvimento capitalista, rasados em dezenas de anos com relação a outros países. Em particular, profundamente danosas têm sido as suas consequências no século atual, submetidos que nos encontramos ao mercado quase exclusivo dos Estados Unidos.

PARÁ ali, e para os países situados na área do dólar, exportamos mais de dois terços de nossa produção, e de lá importamos, não os bens de consumo e de produção necessários ao nosso desenvolvimento, mas aquilo que queremos vender. Como mercados consumidores de quase cento por cento de nossos produtos exportados, — como café, cacau, algodão, minérios, etc. — os Estados Unidos, em seus preços, aviltando-os quando assim consideram

útil aos seus interesses, conduzindo-nos, vez por outra às portas da falência. Em consequência, obrigam-nos a adquirir dentro de suas fronteiras, por preços elevados e em condições desvantajosas, aquelas mercadorias que desejamos exportar, muito embora nem sempre sejam indispensáveis ao desenvolvimento de nosso país. Por outro lado, exercem tremenda pressão sobre o governo brasileiro, toda vez que este tenta encontrar novos mercados para os nossos produtos, e procura adquirir em outras áreas os bens de produção indispensáveis ao desenvolvimento industrial do país.

ESSA política vesga e antinacional, ditada de além fronteiras, tem-nos levado a desconhecer até hoje a existência de mercados tão importantes como os dos países socialistas, em particular os da União Soviética e da República Popular da China, capazes de representarem em pouco tempo excelentes consumidores de nossos produtos de exportação e fornecedores de máquinas, equipamentos e matérias-primas necessárias ao apressamento de nossa industrialização, em condições que não podem ser oferecidas pelos Estados Unidos ou qualquer outro país capitalista.

BASTANTE ilustrativo, é o caso do petróleo. Em que pese o rápido desenvolvimento da Petrobrás, são enormes ainda as nossas despesas com a importação de petróleo e seus derivados. Para atender às necessidades das refinarias nacionais, importamos cerca de 120 mil barris diários de petróleo bruto, o que representa um gasto anual de divisas superior a duzentos milhões de dólares. Esse petróleo nos é

vendido por empresas norte-americanas, a preços de monopólio: 4,37 dólares por barril, ou sejam, 32,30 dólares por tonelada métrica. Com uma particularidade: esse petróleo, em sua maior parte adquirido das empresas americanas localizadas na Venezuela, vem para o Brasil depois de sofrer processamento de refinação, que lhe suga vários subprodutos.

ENQUANTO isso, há alguns meses dorme nas gavetas de nossas repartições uma proposta da União Soviética para a venda de 200 mil toneladas de petróleo, ao preço de 2,25 dólares por barril, quase metade, portanto, do preço por que compramos o petróleo das empresas norte-americanas. A concretização dessa transação representaria para o Brasil uma economia superior a três milhões de dólares, só na diferença de preços. Isso, porém, não é tudo. A proposta soviética, feita diretamente à Petrobrás, é para a troca de petróleo por cacau, o que significa que não gastaremos nenhum centavo em divisas, além do fato, altamente vantajoso, de escoarmos parte de um produto que vem encontrando dificuldades de colocação em nossos mercados consumidores tradicionais, a começar pelo dos Estados Unidos. As manobras baixistas realizadas por este país e outros tradicionais compradores do cacau brasileiro, têm obrigado a levar à prática uma política de sustentação de preço mínimo.

ESTE exemplo, entre tantos outros, revela-nos toda a necessidade de nossa política de comércio exterior, e a necessidade de sua imediata revisão, e consequente abertura dos portos do Brasil a todos os países do mundo.

O Revisionismo se Combate Com Meios Políticos e Ideológicos

Discurso de Janos Kadar sobre a condenação de Imre Nagy e outros implicados nos atos criminosos de outubro de 1956 — Desfazendo intrigas levantadas contra o poder popular húngaro

ENCERRANDO a recente excursão de uma delegação do Partido Operário Socialista e do governo húngaro pela Bulgária, realizou-se em Sofia um encontro a que compareceram diversas mil pessoas e durante o qual teve a palavra o camarada Janos Kadar, secretário do P. O. H. Falando sobre os acontecimentos de 1956, disse Kadar:

"Para submeter o povo húngaro e suprimir o regime juntamente com as conquistas socialistas, os nossos inimigos queriam liquidar, antes de tudo, a sua principal arma de luta, seu guia, o partido revolucionário da classe operária. Neste, porém, foram mal sucedidos, pois o Partido da classe operária vive e continua sua luta histórica".

Kadar declarou, em seguida, que, embora com pesar, teve-se reconhecer que na diminuição da força do partido tiveram uma grande papel os erros causados pelo sectarismo e por aqueles que estavam afogados em tais erros e revelou que o Partido nem se libertaria desses erros do sectarismo; sem sentimentalismo, o Partido afastou aqueles que com seus erros lhe haviam trazido graves danos e a classe ope-

rária húngara edificou novamente seu partido revolucionário.

Proseguindo, disse que o povo, em sua maioria, apoia a política interna e externa do Partido húngaro e do governo. Depois de falar sobre os êxitos econômicos do país, nos últimos tempos, Kadar afirmou que o povo húngaro acolheu com satisfação a condenação dos principais culpados pela contra-revolução: Nagy e seus colaboradores.

"Não pensam assim, todavia, os inimigos do nosso povo" — prosseguiu. "Em seguida à notícia dessa condenação, os imperialistas começaram a expelir veneno, como serpentes cuja cauda foi pisada, e vestiram a túnica branca de humanistas, que lhes assenta muito mal. Os mentirosos começaram a fazer soar, no Ocidente, diversas fanfarras. Dizem que este processo se tornou um meio de luta contra o revisionismo, dizem que esta condenação tornou-se o início da reorganização dos stalinistas e de uma campanha de vingança. Naturalmente, a verdade é bem outra. Reorganizam-se, na Hungria, não os stalinistas, mas as forças do povo trabalhador, dirigidas pelo Partido. A condenação da Corte Suprema não é o início de coisa alguma: com ela, ao contrário, o povo húngaro põe termo às imputações e justas condenações de criminosos que cometeram atos antipopulares, durante a contra-revolução de 1956".

"No que se refere às 'idéias' revisionistas, a classe operária tem as suas idéias eficazes e sua arma política é a teoria marxista-leninista, a verdade inextinguível do comunismo. Hoje, na Hungria, luta-se contra as idéias burguesas e revisionistas, mas a luta é feita com meios políticos e ideológicos, e não por via administrativa. E, se é verdade que o revisionismo recebeu um golpe com a condenação, a Corte popular húngara pronunciou, porém, uma condenação a atos criminosos, orientados para derrocar pela força o poder popular, mas de modo nenhum contra as idéias revisionistas e contra as opiniões políticas prejudiciais".

PROBLEMAS de NOSSA POLÍTICA

A greve como forma pacífica e legal de luta

O caminho pacífico da revolução, diz a Declaração do CC. sobre a nova política, significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas.

O caminho pacífico não pode ser compreendido como um processo de desenvolvimento com ausência de lutas, mas com a adoção de determinadas formas de luta.

Por outro lado, a necessidade da frente única de todas as forças democráticas e nacionalistas, na luta de emancipação nacional, com a participação obrigatória das massas trabalhadoras, principalmente o proletariado, ao lado de classes exploradoras, não exclui a luta de classe dos trabalhadores pelas suas reivindicações específicas. Pelo contrário, essa luta, mesmo quando travada contra representantes da burguesia, pode contribuir, se conduzida de forma adequada, para o fortalecimento da frente única nacionalista.

Ao resolver suas contradições com a burguesia, o proletariado deverá fazê-lo de forma adequada, sem perder de vista que a luta principal deve ser travada, juntamente com as demais forças democráticas e nacionalistas pelo desenvolvimento independente da economia nacional, contra a exploração a que a nação se acha submetida pelo imperialismo norte-americano.

No entanto, tem o proletariado a necessidade de se opor, através dos meios pa-

cíficos e legais de luta, às tentativas da burguesia de descarregar sobre as massas trabalhadoras todo o peso das dificuldades e do nosso desenvolvimento. A greve é um desses meios a ser utilizado sempre que as circunstâncias o exigem.

Ao contrário, do que pode parecer a muitas pessoas ainda sob a impressão da repressão a que foi submetido o movimento operário durante os longos anos do Estado Novo, e da ação das forças reacionárias que, mesmo

após 1945, localizadas em posições importantes do aparelho estatal, sempre procuraram reprimir as lutas das massas trabalhadoras a greve não é uma forma legal de luta.

Nos principais países capitalistas a greve já se tornou um direito da classe operária. Na Inglaterra, país onde primeiro o capitalismo atingiu maior desenvolvimento, os trabalhadores desde há muito utilizam o recurso dessa forma de luta para defender os seus interesses. Nos Estados Unidos, apesar da repressão a que nos últimos anos estão sujeitos as forças progressistas, não são raras as greves de muitos milhões de operários. Somente nos países fascistas, como a Alemanha de Hitler, a Itália de Mussolini e Portugal de Salazar, a greve tem sido proibida. Mas, mesmo assim os trabalhadores acabam sempre passando por cima das leis de repressão e lançando mão da paralisação do trabalho para defender suas reivindicações, com o exemplo dado, não há muito, pelos operários espanhóis sob o regime franquista.

No Brasil o direito de greve é garantido pela Constituição. Se esse direito ainda não foi regulamentado, como manda a Carta Magna, é porque, ante a ausência da necessária pressão nesse sentido por parte das massas trabalhadoras interessadas, tem prevalecido o ponto de vista das forças reacionárias, que procuram protelar indefinidamente a regulamentação com o evidente intuito de continuar aplicando o decreto 9.070, que virtualmente torna as greves proibitivas.

A falta de regulamentação não deve de modo algum ser aceita como justificativa para se impedir o uso do direito de greve. O decreto 9.070 é anterior à promulgação da nossa Carta Magna, e, além disso, é anticonstitucional. Ilegal, portanto, é o decreto 9.070 e não a greve. As massas trabalhadoras têm interesse na rápida aprovação do Projeto de Lei sobre as greves, ora no Senado, e no enterro definitivo do decreto 9.070, se necessário, lançando mão para conseguirlo, inclusive da prática das greves.

Utilizando a greve como forma de luta, quando as condições objetivas e subjetivas a tornam viável e necessária, os operários de vanguarda compreendem, porém, que ela não pode, por si só, resolver os problemas fundamentais do país. A solução destes problemas depende, antes de tudo, do fortalecimento da frente única nacionalista e democrática. A utilização das greves só se justifica, por isso, como forma de luta para defender os interesses específicos das massas trabalhadoras ou como manifestação de apoio à reivindicação do movimento nacionalista. Como a experiência tem demonstrado nas condições atuais do nosso país, as greves são, em certas ocasiões, aproveitada por elementos provocadores a serviço do golpismo entreguista, ou seja, a serviço de objetivos profundamente antidemocráticos e antinacionais. Está claro que, em nenhum caso, os trabalhadores podem consentir que as suas ações sejam desvirtuadas em benefício daqueles objetivos.

Ao utilizar a forma de luta da greve, os trabalhadores, particularmente os trabalhadores comunistas, levam em conta a situação política e os interesses mais altos da emancipação nacional e da defesa da democracia.

VIDA das Partidas COMUNISTAS e OPERARIAS

Protesto Ante a Invasão de Cuba Por Forças Americanas

Declaração tornada pública pelo Comitê Executivo Nacional do Partido Comunista dos EU. UU.

EM relação com o recente desembarque de um contingente de fuzileiros navais dos Estados Unidos em Cuba, o Comitê Executivo Nacional do Partido Comunista dos Estados Unidos divulgou uma declaração, onde se diz:

"Cada americano está naturalmente indignado com o desembarque de fuzileiros navais americanos em Cuba. No tom desdenhoso do comunicado de 23 de julho sobre este último ato de intervenção militar americana nas costas de outro país, há algo de funesto e de repugnante... Este ato de agressão das forças armadas dos Estados Unidos não foi provocado. Ele significa o menos préso pela soberania de outra nação. É uma intervenção contra as forças democráticas que lutam pelas liberdades sob a ditadura de Batista. Este ato desmascara a posição do governo de Eisenhower em relação aos pequenos países, posição desprezível para com a sua soberania, que os coloca na condição de vassalos e de países submetidos à vontade do imperialismo americano, posição que também revela desdém para com a vontade do povo americano e o ofende."

Em sua declaração, o Partido Comunista dos Estados Unidos afirma também que são frutos dessa política as manifestações de repulsa ao vice-presidente Richard Nixon, quando de sua recente viagem pela América Latina. Por fim, reclama a imediata retirada de todas as tropas americanas de Cuba, a evacuação da base aero-naval instalada em Guantanamo, e conclama o povo americano a exigir do seu governo a cessação de ajuda econômica e militar a Batista.

Exito da campanha do Partido Comunista Argentino para ampliar o número dos seus membros

TRANSCORRE este ano o 40º aniversário do Partido Comunista Argentino. Como parte das comemorações do importante evento do movimento operário e progressista do país irmão, o Partido está empenhado numa campanha de aumento do número dos seus membros. O objetivo fixado pelo Comitê Central do PCA consiste em atingir 100 mil militantes, em todo o país.

A propósito da campanha, escreve o semanário «Nuestra Palabra», órgão do PCA: «Esta decisão de construir um grande Partido Comunista não provém de considerações gerais, mas da necessidade de impulsionar nossa Pátria pelo caminho do desenvolvimento democrático e pacífico, de defender sua independência, garantir os direitos e o bem estar da classe operária e do povo. Esta decisão tem como ponto de partida as tarefas colocadas pela atual situação política do país ante a democracia argentina.

«Hoje, quando o governo se acha pressionado pela reação, que exige dele concessões e pretende derrubá-lo se a elas resistir, o fundamental é — como assinalou o camarada Victório Codovilla — obter as condições essenciais para levar avante o programa — em meio às pressões e às contradições em que se desenvolve o governo — e que são a unidade da classe operária e a existência e desenvolvimento de um poderoso Partido Comunista.»

Segundo informa «Nuestra Palabra», a campanha marcha com êxito.

Oposição ao projeto degaullista

ATRAVÉS de comício e outras manifestações, o Partido Comunista Francês, ao lado de outras forças progressistas do país, está realizando ampla campanha popular pela rejeição do projeto de Constituição elaborado pelo general De Gaulle, investindo-o de poderes pouco menos que absolutos. Num desses comícios, realizado em La Rochelle, o camarada Jacques Duclos, secretário do Comitê Central do PCF, disse, entre outras coisas:

"É um orgulho e uma honra para o nosso Partido o ter tomado, desde o início, uma posição clara pelo NÃO, e é com satisfação que vemos hoje ampliar-se a oposição a este projeto."

"Personalidades radicais se manifestam contra o caráter ditatorial do projeto e os parlamentares socialistas, entre eles um certo dos que votaram pela investidura de De Gaulle, são levados a declarar que este projeto "compromete graves riscos para a República".

VOZ OPERÁRIA

Director
Mário Alves

MATRIZ:

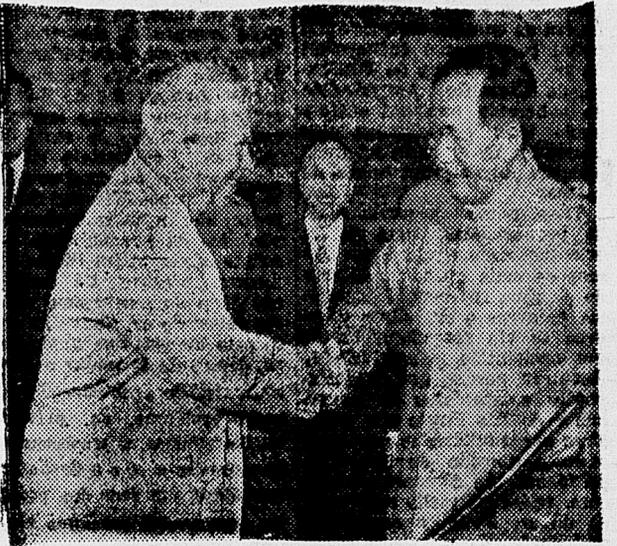
Av. Rio Branco — 257. 17º and. s/ 1712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Num. avulso	3,00
Annual	150,00
Semestral	80,00
Trimestral	60,00
Num. atrasado	5,00

Aérea ou sob registro, despesas a parte

SUCURSAL
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, nº 66. s/ 43.



O ENCONTRO BRUSSELINO-MAO TSE-TUNG — De 31 de julho último a 3 de corrente, esteve em Pequim o Primeiro Secretário do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética e Presidente do Conselho de Ministros da URSS, Nikita Krushchov. No auge da crise do Oriente Médio, provocada pela intervenção armada norte-americana e inglesa no Líbano e na Jordânia, Krushchov conferenciou com Mao Tse-Tung sobre a situação internacional e as relações entre a URSS e as Repúblicas Populares da China. Neste encontro é a foto tomada, fornecida pela agência chinês de Notícias.

QUE SÃO OS CONTRATOS...

(CONCLUSÃO DA PAG. 4)

equipamentos e gastos para a perfuração dos 4 mil poços. Permitam-nos demonstrar que estes dólares se multiplicarão milagrosamente que os países bíblicos.

Para perfurar 60 poços mensais (4 mil em seis anos) são necessários cerca de 50 milhões de dólares. Mas resulta que metade serão recebidos da YPF, como disse no ponto b) do parágrafo anterior. A inversão líquida em equipamentos seria, então, de 25 milhões de dólares. E o custo da perfuração dos 4 mil poços? Não se cogita disso. Serão perfurados 60 poços mensais, cujo custo será pago pela YPF à vista. Como parte do pagamento serão perfurados os 60 poços seguintes, e assim sucessivamente. Como os primeiros 60 poços custarão cerca de um milhão de dólares, é este milhão que se reproduzirá ao infinito. A inversão total entre equipamentos e custos da perfuração será as-

sim de 26 milhões. Se acrescentarmos a isto o crédito de 40 milhões outorgado à YPF (80% dos 50 milhões em materiais da letra b), teremos que a inversão total e definitiva do "grupo" será de aproximadamente 66 milhões, e não 480. Desafiemos a que nos demonstrem o contrário.

"O Estado de..."

se constitui no principal barulho da candidatura Carvalho Pinto ao governo brasileiro. Para o pupilo de sr. Jânio Quadros e de mr. Nelson Rockefeller, o «Estado» não poupa espaço, nem elogios. Se outros «predicados» não apresentasse a candidatura do ex-secretário da Fazenda do sr. Jânio, o apoio do «Estado» bastaria para defini-la e o entusiasmo com que o faz indica o grau de compromisso que prende o sr. Carvalho Pinto a que há de mais antipaulista e antibrasileiro.

Nada Justifica Continue Paralisada a Votação Do Projeto de Lei Orgânica da Previdência Social

NECESSIDADE DE AMPLA DISCUSSÃO NOS SINDICATOS E LOCAIS DE TRABALHO — ENVIAR SUGESTÕES E EMENDAS E ATIVAR O PARLAMENTO

O PROJETO de Lei Orgânica da Previdência Social desde o início do ano tramita pelas Casas do Congresso, sem que lhe seja dada a devida atenção. Que um assunto de tanto interesse para as massas trabalhadoras seja tratado com tanta indiferença, especialmente pelo Senado, não encontra explicação plausível. Com isso não podem estar satisfeitos todos os que contribuem para os Institutos de Previdência.

Por outro lado, trata-se de um Projeto de Lei de magna importância cuja aprovação implicará na realização de alterações profundas no sistema de previdência, e que, portanto, deve ser objeto de sérios estudos antes de ser transformado em lei. Foi sentindo a impossibilidade e a inconveniência da sua rápida aprovação, que a I Conferência Sindical Nacional levantou o problema da Lei de Aposentadoria para ser aprovada no mês de maio, a fim de que os trabalhadores não tivessem que esperar muito por essa melhoria, também prevista no Projeto de Lei Orgânica.

No entanto, a impossibilidade da aprovação em curto prazo do Projeto em questão não deve conduzir a que ele seja abandonado à própria sorte e que a sua votação se verifique sem que tenha sido amplamente debatido, escolhido das suas falhas e recebido as emendas destinadas a melhorá-lo. A isto precisam

dedicar a maior atenção os trabalhadores e suas entidades sindicais.

Declaração têm sido feitas, publicamente, por várias personalidades, entre elas a própria Ministra do Trabalho, dando como precárias as condições financeiras dos Institutos. Deixando a Previdência Social ainda a desejar, e ante o vulto das contribuições que são impostas aos trabalhadores, não se compreende que assim seja. Tudo indica tratar-se de desculpas apresentadas para não atender às reivindicações dos trabalhadores, enquanto os recursos das entidades são desviados para outras finalidades.

A situação remanece de modo que há necessidade de impedir a Previdência Social uma rumo mais conservador com os interesses das massas que contribuem para os Institutos. Não poderá ser conseguida através da aprovação de uma Lei Orgânica da Previdência Social que atenda às necessidades dos trabalhadores e, principalmente, que assegure os Institutos nas mãos de representantes por eles eleitos. Há a necessidade dos trabalhadores e seus sindicatos discutirem o Projeto de Lei Orgânica da Previdência da forma mais ampla possível, enviando ao Congresso as sugestões e emendas que julgarem necessárias. Dessa forma estarão simultaneamente contribuindo para melhorar a Lei e fazendo pressão sobre o Parlamento para que lhe dê a necessária atenção.

Declaração têm sido feitas, publicamente, por várias personalidades, entre elas a própria Ministra do Trabalho, dando como precárias as condições financeiras dos Institutos. Deixando a Previdência Social ainda a desejar, e ante o vulto das contribuições que são impostas aos trabalhadores, não se compreende que assim seja. Tudo indica tratar-se de desculpas apresentadas para não atender às reivindicações dos trabalhadores, enquanto os recursos das entidades são desviados para outras finalidades.

A situação remanece de modo que há necessidade de impedir a Previdência Social uma rumo mais conservador com os interesses das massas que contribuem para os Institutos. Não poderá ser conseguida através da aprovação de uma Lei Orgânica da Previdência Social que atenda às necessidades dos trabalhadores e, principalmente, que assegure os Institutos nas mãos de representantes por eles eleitos. Há a necessidade dos trabalhadores e seus sindicatos discutirem o Projeto de Lei Orgânica da Previdência da forma mais ampla possível, enviando ao Congresso as sugestões e emendas que julgarem necessárias. Dessa forma estarão simultaneamente contribuindo para melhorar a Lei e fazendo pressão sobre o Parlamento para que lhe dê a necessária atenção.

Salário Mínimo e Produção Industrial

OS ALTOS LUCROS DAS EMPRESAS MOSTRAM QUE NÃO TEM RAZÃO DE SER O RECEIO DE UMA «ELEVAÇÃO EXAGERADA»

Na última semana continuou-se a falar sobre a necessidade da revisão dos níveis de salário-mínimo. O sr. João Goulart teria prometido o novo salário para antes do Natal, afirmando que o próprio Presidente da República está empenhado no andamento dos estudos estatísticos necessários, que servirão de base ao exame e debate por parte das Comissões de Salário Mínimo em todo o Brasil. Enquanto isso, chegamos à notícia de que a Comissão do Ceará também está se reunindo. Nada de útil, entretanto, pode fazer, pois faltam-lhe os dados oficiais, já solicitados ao Ministério do Trabalho, mas ainda não enviados.

Os dados, referentes ao ano de 1957, correspondem a uma amostra de 5.702 estabelecimentos. Em janeiro daquele ano as despesas com salários montaram a 3 bilhões 408 milhões e 116 mil cruzeiros, as despesas de consumo (matérias-primas, combustível, energia elétrica, etc) 13 bilhões 750 milhões e 143 mil. O valor da produção foi de 27 bilhões 456 milhões e 255 mil cruzeiros. Em dezembro do mesmo ano, as despesas foram as seguintes: salários, 3.809.140 mil cruzeiros; despesas de consumo, 15.700.960 mil. O valor da produção foi de 32.209.277 mil. Como vemos, para um aumento de cerca de 2 bilhões nas despesas de produção foram dispendidos com os salários apenas aproximadamente 400 milhões de cruzeiros a mais, enquanto que a produção aumentou em mais de 4 bilhões e 753 milhões.

Comparemos agora os salários e o valor da produção nas indústrias têxteis, da alimentação, e química e farmacêutica, durante o ano de 1957. Num conjunto de 741 estabelecimentos têxteis foram pagos, em salários, 11 bilhões de cruzeiros, para uma produção no valor de 54 bilhões e 800 milhões. Na indústria de produtos alimentares, em 127 estabelecimentos: salários, 936 milhões

e 506 mil cruzeiros; produção, 75 bilhões e 400 milhões. Indústria química e farmacêutica, em 321 estabelecimentos: salários, 3 bilhões de cruzeiros; valor da produção, 54 bilhões e 100 milhões de cruzeiros.

Nestas 3 indústrias a diferença menor entre salários e valor da produção é na indústria têxtil — cerca de 43 bilhões. Assim mesmo é grande. Por maiores que sejam as demais despesas — de produção, impostos, etc. — deve ser muito lucrativa. Fazendo-se a comparação com as indústrias de alimentação e a farmacêutica, 74 bilhões e 51 milhões, aproximada e respectivamente, uma coisa resulta clara: a fome e as doenças que dizimam o povo brasileiro são um alto negócio para muitos industriais.

E há quem receie que o salário mínimo seja elevado demasiadamente!



Levantado o problema da revisão dos níveis de salário-mínimo em caráter excepcional, a princípio algumas vozes se fizeram ouvir alegando que não havia motivo para a medida. Tais vozes não encontraram eco e o encarecimento do custo de vida, por demais evidente, não encorajou o prosseguimento de pronunciamiento desse tipo. Assim, todos passaram a reconhecer a necessidade da elevação do salário-mínimo. Mas fala-se muito num aumento que esteja de acordo com as possibilidades do país, que reflita os dados reais só-

bre o aumento do custo de vida e não os fictícios, que não venha causar transtornos à economia nacional etc. Esses apelos a "prudência", quando se sabe que o SEPT tem elaborado estatísticas aquém da realidade, mal se podem o propósito de fazer com que a revisão seja feita apenas "pró forma" e que no jogo do aumento dos preços, de um lado, e dos salários, de outro, resulte sempre um saldo favorável às classes exploradoras.

Em sua seção "Vida Econômica", do último número, VOZ OPERÁRIA analisou dados estatísticos do IBGE, demonstrando que no conjunto das despesas com a produção industrial diminui o valor do item destinado aos salários, relativamente as matérias-primas e outras. Vejamos, hoje, outros dados obtidos através dos Inquéritos Econômicos, promovidos pelo Conselho Nacional de Estatística, pelos quais mais uma vez pode-se verificar a parcela minguada dispendida com os salários e a sua diminuição relativa.

PROBLEMAS PALPITANTES DISCUTIRÃO OS TRABALHADORES CARIOCAS

Roberto Morena

ESTÁ em marcha a realização da 2ª Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal. Várias entidades sindicais já realizaram reuniões e escolheram comissões que estão elaborando teses, propostas e sugestões para serem debatidas no conclave. Na sua preparação, uma orientação está prevalecendo: a maior, a mais ampla e mais profunda participação dos trabalhadores na Convenção é reclamada. Por isso é que as delegações terão número ilimitado, incentivando-se que nelas participem representantes de fábricas. O que se reclama é que as decisões, as resoluções tomadas sejam levadas à prática. E isso só pode acontecer se a massa trabalhadora se mobiliza, se ela toma em suas mãos a sua efetivação.

NA Convenção que se instalará a 2 de setembro próximo a campanha de revisão do salário-mínimo tem que ganhar um novo e decisivo impulso. Milhares de trabalhadores não podem mais suportar o alto custo de vida. A Convenção tem, pois, de abordar esses problemas imediatos e atuais.

LA também em pleno desenvolvimento as campanhas salariais. Assembleias e reuniões, entendimentos se sucedem, mas tudo é moroso, cheio de dificuldades. Como formular uma justa política salarial? Como entrar a luta de vários ramos profissionais? Eis os problemas candentes que serão tratados na Convenção convocada.

Convocado o V Congresso Nacional Dos Trabalhadores Ferroviários

No Distrito Federal, de 18 a 21 de setembro — Pontos do temário — Instruções às entidades participantes

PATROCINADO pela Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, deverá realizar-se no Distrito Federal de 18 a 21 de setembro próximo, o V Congresso dos Trabalhadores Ferroviários.

prestam suas atividades ao sistema ferroviário do País, sob qualquer título;

dicados pelas respectivas organizações que aderirem ao Congresso;

TEMÁRIO Do manifesto de convocação constam os seguintes pontos a serem objeto de discussão e deliberação do certame:

- d) Medidas tendentes ao maior incentivo e desenvolvimento do cooperativismo e crédito aos ferroviários;
- e) Aproveitamento de terras devolutas, de propriedade das Estradas, pelos seus servidores, para a cultura e livre aproveitamento do que for produzido.

- c) Os membros indicados para a Comissão Organizadora serão membros natos da Comissão Executiva;
- d) A apresentação de teses que deverão obedecer estritamente aos assuntos objetivos do temário, deverá ser feita até 31 de agosto vindouro;

- a) Reexame e novos estudos do Estatuto do Ferroviário, aprovado no IV Congresso dos Ferroviários realizado em Campinas (Estado de São Paulo), de 24 a 28 de agosto de 1955. Planejamento da luta pela sua aprovação pelos poderes públicos;
- b) Exame da Lei Orgânica da Previdência Social no que tange à classe ferroviária e desenvolvimento de tarefas para a manutenção e ampliação dos direitos já consagrados;
- c) Sindicalização de todos os trabalhadores que em-

Para as entidades de ferroviários que deverão participar do Congresso, o manifesto de convocação contém as seguintes instruções:

- e) A inscrição das Organizações que prestigiarem o Congresso, está sujeita ao pagamento de uma taxa de contribuição, cujo «quantum» será fixado pela Comissão Organizadora, e efetuado no ato da apresentação dos respectivos Delegados;
- f) Para maior brilhantismo do conclave, será conveniente que as Delegações sejam integradas pelo maior número possível de trabalhadores da categoria profissional.

TEMOS insistido nestes comentários que a 2ª Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal não pode ficar somente nas cúpulas das organizações operárias ou grupos de militantes sindicais. Tem que partir das fábricas, tem que repousar sua ação no próprio seio das empresas. Do contrário, as reivindicações pleiteadas ficam no papel, são proteladas, ou quando conquistadas perdem muito de seu valor.

FIXEMO-NOS num dos aspectos do problema salarial: a elevação do salário-mínimo. Na I Conferência Sindical Nacional realizada nos dias 29 e 30 de março deste ano, decidiu-se que 30 dias após seu encerramento deviam estar em funcionamento, devidamente reconstituídas, as Comissões de Salário-Mínimo. Até agora, com raras exceções, essas Comissões não funcionam. O SEPT não dá sinal de vida, pois a ele compete grande parte do trabalho da revisão do salário-mínimo. Comissões de dirigentes sindicais têm ido ao Ministério do Trabalho, ao Vice-Presidente da República, tem havido promessas, declarações, mas a Comissão de Salário-Mínimo do Distrito Federal ainda não se reuniu, não tem sequer presidente! As reclamações não passam de declarações de dirigentes ou militantes sindicais. A massa trabalhadora não foi mobilizada, não fez sentir ainda sua força, sua organização.

AS questões relativas à defesa da indústria nacional, que serão debatidas no último ponto da ordem do dia, têm uma palpante atualidade. Os marinheiros discutem em conjunto com os armadores a defesa da construção naval; uma outra Comissão, eleita no Conselho Regional Consultivo da CNTI, em ligação com os industriais de material ferroviário, estuda os meios de defesa dessa indústria, ameaçada pela posição dos diretores da Rede Ferroviária Federal S/A; há o grande problema da constante e permanente defesa da Petrobrás, etc.

SÃO questões concretas, palpáveis, atuais que têm um valor incomensurável para a independência econômica e política do nosso país.

PELAS adesões recebidas, pelas discussões efetuadas, pelo apoio financeiro diretamente dado pelas entidades sindicais, prevê-se grande êxito da 2ª Convenção. Os trabalhadores e os organismos sindicais do Distrito Federal, estão em condições de dar uma demonstração de sua unidade, de sua consciência nacionalista, de uma definição que terá grande importância nos debates políticos que se travam neste momento em nossa pátria.

Nas Pedreiras do Distrito Federal o Trabalho é Perigoso, Penoso e Insalubre

Revive um passado combativo — A direção do Sindicato levou o Ministro do Trabalho para ver com os próprios olhos as desumanas condições existentes — Sugerida a elaboração de um projeto de lei — Empresas clandestinas aumentam a exploração — Manobras para reduzir mais ainda os salários que já são baixos — Mobilizam-se os trabalhadores

Reportagem de **LUÍS GHILARDINI**

No Distrito Federal, os trabalhadores em pedreiras — cerca de 12 mil — são provavelmente os que suportam as piores condições de vida. O seu trabalho é perigoso, penoso e insalubre, e os salários são baixos. No entanto, trata-se de uma categoria profissional que já marchou na vanguarda das lutas operárias. Foi uma das primeiras a organizar-se profissionalmente — o Centro dos Trabalhadores em Pedreiras foi fundado em 1903. Em... 1918, após uma memorável greve que se prolongou por seis meses, conquistaram a redução da jornada de trabalho para 8 horas. Foram, talvez, os primeiros trabalhadores, no Distrito Federal, a conquistar esse direito que tanta luta, e mesmo sangue, custou aos operários de todo o mundo.

Como foi possível que as suas lutas se enfraquecessem a ponto de se tornarem os trabalhadores em pedreira, uma das categorias profissionais mais sacrificadas? Os trabalhadores apresentam suas razões. Durante toda a sua existência sua entidade sindical foi alvo das iras da reação que sempre procurou quebrar a combatividade dos trabalhadores. As invasões de sedes e os espancamentos nada conseguiram. A partir de 1935, e particularmente durante o período do Estado Novo, a reação adotou nova tática. Por um lado, com a legalização dos Sindicatos, os trabalhadores não tinham o suficiente preparo para enfrentar a burocracia do Ministério do Trabalho, resultando em que muitos se desinteressassem pela vida sindical. Por outro lado, a reação procurou dominar o Sindicato através de elementos infiltrados entre os trabalhadores. Insinuou-se como procurador do órgão de classe um certo Américo Corrêa Marques, ligado a autoridades ministeriais, metido a jornalista e escritor, do qual constava ser um ex-parte a quem, não se sabe porque, foi retirada a batina. Durante a permanência deste indivíduo no Sindicato, de todas as chapas concorrentes nos postos eletivos da Diretoria — chapas submetidas a aprovação das autoridades do Ministério do Trabalho —

sempre foram barrados os trabalhadores mais combativos e abnegados.

Em 1951, quando os trabalhadores afinal conseguiram afastar o seu indesejável procurador; foram verificadas irregularidades por ele cometidas que causaram ao Sindicato um prejuízo de mais de 500 mil cruzeiros, conforme se pode ler no noticiário sobre o inquérito instaurado, publicado por «Última Hora» de 26-6-51.

O caso do Sindicato dos trabalhadores em pedreiras, assim como tantos outros, mais uma vez chama a atenção para a necessidade da liberdade e autonomia sindical, a fim de que as entidades sindicais possam realmente representar a vontade dos seus associados.

Atualmente, a diretoria do Sindicato procura mobilizar os trabalhadores em torno da conquista de melhores salários, pela obrigatoriedade de adoção de medidas de segurança no trabalho, taxa de insalubridade, etc.

SALARIOS INFERIORES A 4 MIL CRUZEIROS

No Rio, há mais de 150 pedreiras. Destas, cerca de 80 são pedreiras mecanizadas, que empregam a maior parte dos operários.

A grande maioria dos trabalhadores percebe salários inferiores a 4 mil cruzeiros. Vejamos a situação reinante em 4 das maiores dessas empresas: na pedreira dos irmãos Teixeira, um dos quais é presidente do sindicato patronal, 91% dos operários percebem menos de 4 mil cruzeiros mensais; pedreira de Materiais de Construção Esteves, 76%; Tavares de Souza, 72%; Bargú, de propriedade do sr. Guilherme da Silveira, 60% (dados da folha do imposto sindical de 1957).

Para aumentar o grau de exploração, os empregadores até agora não faziam diferenciação alguma das várias especialidades de trabalho existentes nas pedreiras. Englobavam trabalhadores especializados e não especializados, pagando a todos salários inferiores. O sindicato conseguiu, recentemente, em acordo com o órgão de classe dos empregadores, estabelecer uma

classificação das várias especialidades, o que resultou num razoável aumento de salários.

Outra medida utilizada pelos empregadores para aumentarem seus lucros consiste em pagar as caçambas de pedra quebrada aquém da sua capacidade.

No entanto, as pedreiras são uma indústria altamente lucrativa. Basta dizer que, adquirindo uma dessas empresas que empregava 25 operá-

Sob esses blocos, que caem de um momento para outro, trabalham os operários. Cumpre dizer que este perigo existe mais devido à ganância dos empregadores, os quais não querem manter um operário especializado que, após as explosões, proceda à limpeza das rochas. Operários trabalham nas rochas a grande altura, sem qualquer espécie de proteção, sempre expostos ao perigo de quedas mortais. Entre os trabalhadores em



Assim trabalham os operários em pedreiras. Ferramentas rudimentares e sem nenhuma proteção. E, quando se trata de pedra não legalizada, nem sequer lhes são asseguradas as garantias da previdência social.

rios, em 1952, por um milhão de cruzeiros em menos de um ano, os seus compradores, segundo o seu próprio testemunho reembolsaram o dinheiro.

Enquanto isso, os trabalhadores, diante dos magros salários que lhes são pagos, como o lidar com a pedra estraga muito a roupa e o calçado, já prescindem destas coisas. A maioria deles trabalha com um simples calção, muitas vezes esfarrapado, e descalços, expostos ao sol inclemente do Rio e aos ferimentos com pedras.

TRABALHO ALTAMENTE PERIGOSO

Como já dissemos, um dos objetivos do Sindicato é fazer com que os empregadores, adotem medidas que reduzam o número de acidentes nas pedreiras.

Vários fatores tornam o trabalho altamente perigoso. Um deles é o dos explosivos utilizados. Entre as numerosas cargas depositadas, muitas vezes algumas não explodem e ficam perdidas no meio das pedras e sujeitas a explodir de um momento para o outro, sem que os operários saibam quando e onde. Além disso, há o perigo dos desabamentos. Após a explosão das minas, blocos de pedras ficam pendentes das rochas.

pedreiras, há uma tradição antiga — quando falece um companheiro suspende-se o trabalho até o seu sepultamento. No Distrito Federal, isso acabou. A repetição frequente dos desastres acabou transformando-os em fatalidade. Verificado o acidente, são retirados os mortos, ou feridos, segundo o caso, e o trabalho prossegue ato contínuo. Este ano, até o momento atingiu a 5 o número de mortos em acidentes. Elevado é o número de feridos, muitos gravemente; alguns ficam mutilados. As companhias seguradoras já estão negando-se a dar apólices às empresas que querem segurar seus operários, devido à frequência elevada de acidentes fatais.

Lutando há muito tempo contra esse estado de coisas, o sindicato conseguiu finalmente chamar a atenção do vice-presidente da República e do Ministro do Trabalho. Recentemente, o sr. Fernando Nobrega visitou as pedreiras em companhia de dirigentes dos trabalhadores e verificou «in loco» as pavorosas condições de trabalho ali existentes. Na pedreira localizada no fim da rua Barão de Itagipe, somente com a presença do Ministro foi possível entrar, pois os seus proprietários vinham impedindo

(CONCLUI NA PAG. 11)

Acontecimentos da Vida SINDICAL

DENTRO de 30 dias a contar de 20 de julho último, ferroviários da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, Estado de São Paulo, reunir-se-ão para decidir se deverão autorizar a diretoria do Sindicato a prosseguir os entendimentos com a direção da Estrada, procurando o atendimento das reivindicações dos trabalhadores, ou se entrarão em greve.

INICIARAM campanha por aumento de salários gráficos de São Paulo.

EM vista da situação angustiante em que se encontram os servidores estaduais da Paraíba pleiteiam do governo do Estado um abono de emergência.

O governador do Estado de São Paulo promulgou a 18 do corrente, concedendo abono de 1.500 cruzeiros a todos os servidores do Estado, inclusive das autarquias e funcionários das Estradas de Ferro do Estado.

A Comissão de Salário Mínimo do Ceará reuniu-se pela segunda vez sem poder realizar qualquer coisa de proveitoso, em virtude de faltarem-lhe os dados estatísticos oficiais sobre o custo de vida e outros, já solicitados ao Ministério do Trabalho, mas ainda não enviados.

Os mineiros de Criciúma, Santa Catarina, reivindicam melhoria de salários, taxa de insalubridade e pagamento explosivo.

Os portuários de Imbituba, no mesmo Estado, que há tempos atrás conquistaram pela greve um aumento salarial de 1.800 cruzeiros, ante a disposição da Cia. Docas de não pagar o aumento conquistado, prepararam nova greve, em vista do que foram atendidos.

AINDA no Estado de Sta. Catarina, funcionários Extra-Numerários do DCT de Florianópolis fundaram a Associação dos Extra-Numerários de Santa Catarina.

BANCARIOS de Fortaleza, Ceará, fazendo o levantamento estatístico do custo de vida no Estado, concluíram que este se elevou em 46,69 por cento desde a obtenção do seu último aumento de salário em 1957.

Os servidores municipais de São Paulo decidiram aceitar a tabela de reestruturação de vencimentos e salários oriunda do Departamento de Expediente e do Pessoal. Para os estatísticos, a nova tabela estabelece aumentos que variam entre 973 e 1.703 cruzeiros. Todavia, os servidores resolveram manter-se em assembléia permanente enquanto não for alcançada a reestruturação geral das carreiras menores, as quais somam a maioria dos servidores municipais.

«U.R.S.S.»

Revista (quinzenal) de informação editada pela Seção de Imprensa da Legação da URSS no Uruguai

ANO DE 1958: N.ºs 7, 8, 9, 10 e 11

Número avulso: Cr\$ 5,00

ASSINATURA ANUAL:

Para recebimento em nosso escritório 96,00

Para o D. Federal e Interior (recebimento pelo Correio) ... 144,00

RECORTE E ENVIE-NOS ESTE COUPON

À Editorial VITÓRIA Ltda.

Rua Juan Pablo Duarte, 50, Sob. Rio de Janeiro

Anexo a este o vale postal, ou cheque bancário, no valor de 144,00, para uma assinatura anual (24 números) da revista "URSS", a contar do N.º do ano de 1958

Nome
Endereço
Cidade Estado

EDITORIAL VITÓRIA LTDA.

RUA JUAN PABLO DUARTE, 50 SOB. (ANTIGA RUA DAS MARRECAS) — TEL.: 22-1613

Recebemos a revista:

«CHINA ILUSTRADA»

Nos. 3, 2, 5 e 6, relativos aos meses de Março, Abril, Maio e Julho de 1958.

CR\$ 25,00 O EXEMPLAR

A venda em nosso escritório

EDITORIAL VITÓRIA LTDA.

Rua Juan Pablo Duarte, 50 — Sob. (antiga Marrecas) Tel.: 22-1613

DEFESA DA CONSTRUÇÃO NAVAL NACIONAL

tra a concessão dos recursos do Fundo da Marinha Mercante a empresas estrangeiras — Formação de uma frente única de operários e armadores nacionais

Conselho de Representantes da Federação dos Armadores em Transportes Marítimos e Fluviais reúnem-se no dia 13, Examinou-se a situação da construção naval da presença e dos Conselheiros, inúmeros dirigentes e militantes marítimos e portos, tomaram parte na discussão expressivas figuras da indústria do transporte marítimo: srs. Paulo Ferraz, presidente do Sindicato das Empresas de Navegação Marítima; Manoel Costa Lima, presidente do Sindicato da Construção Naval; José Pereira, diretor da companhia que explora o transporte Rio-Niterói; Aniceto da Silva Santos, diretor do grupo operários Ishikiwagima que atua na instalação de um estaleiro no Brasil; Icaro de Azevedo, ex-superintendente da Cia. Costeira; Benjamim de Cabelo, economista, e os engenheiros e técnicos.

testas-de-ferro brasileiros, está por obter um auxílio de 500 milhões de cruzeiros do chamado Fundo da Marinha, para a construção de um estaleiro com a capacidade de 60 mil toneladas por ano. Seus planos de produção atingem a de 3 navios de 10 toneladas e de 6 de 5 mil. Cogita de um investimento de 1 bilhão e 700 milhões de cruzeiros, entrando o governo brasileiro com 500 milhões de cruzeiros imediatamente. Os capitais nacionais estariam representados numa proporção de 40 por cento.

deroso grupo japonês, que, em funcionamento dentro de dois anos, vai ter o monopólio da fabricação de chapas e materiais para construção naval.

Outro fato ressaltado na reunião: explora-se muito com a necessidade da aparelhagem da marinha mercante. Faltam navios. Há marítimos desempregados há evasão de divisas, no pagamento de fretes em países estrangeiros, notadamente americanos. Não há voz discordante em admitir a compra de navios, como os da Polônia e da Finlândia. Mas o que ficou claro é que essa medida tem um caráter de emergência e de pressa.

O que se tem de fazer é iniciar ou incrementar a construção naval brasileira, aparelhar os estaleiros, dar um justo destino ao Fundo da Marinha Mercante.

Constituiu-se uma Comissão composta de conselheiros da FNTTM e representantes das várias entidades industriais, para estudar o problema, defender a construção naval brasileira, promover entendimentos com o governo, com o Grupo de Estudos da Indústria Naval (Gein). É a aplicação prática de um dos importantes pontos do programa dos trabalhadores do mar: defesa da indústria naval brasileira. É uma frente única das forças progressistas, conduzida e impulsionada pela classe operária.

tema fundamental da não foi o de debater a questão da Ishikiwagima, mas como seu representante, o almirante Aniceto da Silva Santos, que defendeu a proposta. Como se esse grupo japonês, que



As Pedreiras do Distrito...

CONCLUSÃO DA PAG. 10) EMPRESAS CLANDESTINAS

a ação do Sindicato. Impossibilitado com o que precisava, o sr. Fernando Nogueira sugeriu aos dirigentes do Sindicato a elaboração, com urgência, de um projeto de lei, com o fim de pôr um freio ao absoluto desprezo pela vida humana existentes nas pedreiras. O referido projeto, que está sendo pronunciado, certamente tem grande importância não só para os operários das pedreiras do Distrito Federal, mas também para os de todas as pedreiras do país, as quais existem em grande quantidade.

Há no Rio mais de 50 pedreiras clandestinas. Os operários que nelas trabalham não têm direito a férias, repouso remunerado e nem qualquer outro direito assegurado pela legislação social. Além disso, não pagam impostos de qualquer espécie. Estão, assim, em condições de mover uma concorrência desleal às demais empresas, o que indiretamente também prejudica os trabalhadores, pois estimula a proliferação desse tipo de pedreiras em que os operários não têm direito algum.

Como resultado da atividade do Sindicato contra a existência dessas empresas clandestinas, muitas já requereram a sua legalização, outras, por não reunirem as condições necessárias, fecharam, mas uma grande parte ainda vem resistindo. Os trabalhadores esperam que dentro em pouco não haja mais pedreiras clandestinas no Distrito Federal.



PRONUNCIADA INSALUBRIDADE

Com o crescente emprego de pedra nas construções e manutenção das ruas, no passarão a predominar pedreiras mecanizadas. Os riscos dessas empresas expostos ao pó de pedra e se desprende dos britos em atividade. Alojando-se nos pulmões e no estômago, o pó de pedra provoca a antracose e doenças estomacais, que dentro de certo tempo inutilizam o trabalha-

A BATALHA DO DIFUNDO

PAGAMENTOS DE 14-8 A 21-8-58: Itabuna Cr\$ 600,00; Jau Cr\$ 575,00; Campina Grande Cr\$ 250,00; Nazário Cr\$ 300,00; Campinas Cr\$ 2.000,00; Barra Mansa Cr\$ 756,00; Curvelo Cr\$ 187,50; Campos Cr\$ 2.300,00; Marques de Valença Cr\$ 860,00; Botucatu Cr\$ 500,00; Culabá Cr\$ 300,00; Bauru Cr\$ 400,00; Brasília Cr\$ 400,00; Distribuidora Riachuelo Cr\$ 19.000,00;

Com satisfação publicamos a liquidação do débito de Brasília pelo seu agente.

Até esta data não recebemos os valores referentes a folhetos que enviamos para os senhores: Carlos Rosca em Londrina — Paraná; Carlos Alexandre em Valparaíso — NOB — São Paulo; Abraão Isaac Neto em Goiânia — Goiás.

NOTA: Qualquer pagamento de VOZ OPERÁRIA deve ser remetido para o Rio de Janeiro, em nome de Henrique Cordeiro — Avenida Rio Branco, 257 — Sala 1.712. Fazemos essa nota, porque alguns agentes têm remetido importâncias para São Paulo, o que torna impossível para nós a retirada desses valores. Pedimos ainda a quem mandou valor para São Paulo que pague sua devolução e os remeta para o Rio.

Foram devolvidas pelo Correio por não terem sido reclamadas as faturas para as seguintes cidades:

Cruzeiro — São Paulo; Osvaldo Cruz — São Paulo; Presidente Prudente — São Paulo; Teresópolis — E. Rio; Leopoldina — M. Gerais; Tupi Paulista — S. Paulo.

Entreguista no BNDE

CONSUMOU-SE, afinal, depois de hesitações do sr. Juscelino Kubitschek, a nomeação do sr. Roberto de Oliveira Campos para a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, onde, aliás, o mesmo senhor já vinha exercendo a função de diretor-superintendente. O ato do governo — e nem poderia ser de outro modo — foi recebido com aberto desgosto pela opinião pública nacionalista do país, que vê no sr. Roberto Campos um dos mais autorizados militantes do entreguismo.

Efetivamente, em cada oportunidade em que foi chamado a opinar, o sr. Roberto Campos expôs claramente o ponto de vista do capital estrangeiro e do desenvolvimento econô-

mico do país. Como outros expoentes do entreguismo — que se encobre sob a capa de «liberalismo econômico» — o sr. Roberto Campos encara o capital estrangeiro como verdadeira panacéia para os males brasileiros. Nenhuma reserva lhe opõe. Nem mesmo no caso do petróleo, para o qual não vê outra solução senão a quebra do monopólio estatal e a participação da «Standard Oil» na exploração dessa riqueza básica. Ainda recentemente, ao lado do sr. Gudin, de quem é o discípulo direto, e de outros lumináres do entreguismo, preconizou a reforma cambial do país de maneira a criar ainda maiores privilégios para o capital estrangeiro, conforme se pode ler nas resoluções da II Conferência de Comércio Exterior, redigidas com sua estreita colaboração.

Agora, guindado a um posto de importância da presidência do BNDE, e tendo a referendar os seus atos o sr.

Lucas Lopes, não é difícil perceber o que o fato encerra com imobilismo ao desenvolvimento independente da economia nacional.

Não é, pois, sem razão que as forças nacionalistas, notadamente os componentes da Frente Parlamentar Nacionalista, a, com reserva e a notação e adotam providências práticas no sentido de atenuar os interesses nacionais em face desse ato do governo que, longe de aumentar a autoridade, justifica, com o reforço, o movimento de desmontagem da indústria nacional.



«PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO»

Em fins de agosto o primeiro número da nova revista

O diretor da revista «PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO», com sede em Praga, enviou-nos, com pedido de publicação, a seguinte nota sobre a próxima circulação daquela periódico:

«Aceitamos assinaturas para a revista teórica e de informação dos Partidos comunistas e operários «PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO». O primeiro número da revista sairá em fins de agosto de 1958.

A revista refletirá questões da teoria marxista-leninista, publicará materiais dedicados aos problemas mais importantes da ideologia socialista e da construção do comunismo e do socialismo na URSS e em outros países socialistas. A revista dedicará grande atenção ao estudo e sistematização da experiência dos partidos comunistas e operários em sua luta pela paz, o socialismo e a unidade de ação da classe operária.

A revista tratará de problemas do movimento operário internacional, da luta pela libertação nacional sustentada pelos povos oprimidos contra o colonialismo. A revista conta com a colaboração de personalidades destacadas do movimento comunista e operário, notáveis cientistas, publicistas, representantes da opinião pública.

A revista será editada em espanhol, inglês, francês, alemão, sueco, italiano, russo, chinês, tcheco, polonês, rumeno, búlgaro, húngaro, vietnamita e coreano. O preço de 1 exemplar será de 15 pesos argentinos, 85 cents de dólar americano, 2 shillings e 6 pence ingleses, 1 marco alemão, 3 rublos soviéticos, 3 coréas tólicas, 1 rúpia indiana ou o equivalente em outra moeda (N.R. — aproximadamente 45 cruzeiros). Até fins de 1958 aparecerão 4 números da revista.

Os pedidos de assinaturas podem ser feitos através dos seguintes endereços:

Edição espanhola: Agência de Distribuição de Imprensa, Praga 6, Sadová 3; Editorial Anteo, Calle Entre Rios 1939, Buenos Aires.

Edição inglesa: Central Books Ltd, 57 Gray's Inn Road, London, W.C.1.

Edição francesa: CDLP, 142, Boulevard Diderot, Paris-XIIIe.; Agence de diffusion de la presse, Prague 6, Sadová 3.

Edição alemã: Dietz Verlag, Berlin O 2, Wallstrasse 75/79.

Edição russa: — Stredisko pro rozirovani, Praga 6, Sadová 3.

Para informação sobre outras edições, dirigir-se ao seguinte endereço: Agência de Distribuição de Imprensa, Sadová 3, Praga 6, Tchecoslováquia.

II Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal

Prosseguem os trabalhos preparatórios da II Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal, a realizar-se de 2 a 6 de setembro próximo, nesta capital.

Temário

O temário é vasto, contendo problemas da mais alta relevância para o movimento sindical carioca e nacional. O primeiro ponto trata da questão salarial, em particular da revisão dos atuais níveis de salário-mínimo. Liberdade e autonomia sindicais é outro ponto a ser amplamente discutido. A Lei Orgânica de Previdência Social, ora em tramitação no Senado, em relação com a situação e funcionamento dos Institutos e Caixas de Aposentadoria, Justiça do Trabalho, abrangendo

a legislação trabalhista e a sua aplicação, inclusive o direito de greve, são outros pontos que fazem parte do programa da convenção.

Particular importância tem o tema que se relaciona com o desenvolvimento da economia nacional. No debate desse ponto os trabalhadores terão oportunidade de reafirmar mais uma vez o seu patriotismo e a disposição de luta contra a penetração dos trusts estrangeiros e em defesa da indústria nacional.

Por fim, a convenção debaterá também os problemas relacionados com a propaganda e imprensa sindical. Particularmente da convenção de ações em o regime de os representantes dos jornais sindicais, discussão desse tema se pronuncia das mais proveitosas.

Convenção democrática

Particular do conclavo, eleições do Distrito Federal, com direito de voz e voto, as delegações das entidades sirvo-los componentes poderão ser em número ilimitado. Nestas condições também se irão representar as federações locais e os sindicatos de âmbito nacional sediados no Distrito Federal. As federações de âmbito nacional e as confederações serão convidadas. As organizações defun-cionários públicos participarão com plenos direitos.



A CIÊNCIA A SERVIÇO DA PAZ PERDEU EM

Joliot-Curie um Dos Seus Mais Gloriosos Combatentes

Dados biográficos do sábio que descobriu a radioatividade artificial, membro do CC do Partido Comunista Francês, apaixonado defensor da paz, um homem simples — Personalidade das mais marcantes da nossa época

EM Paris, a 14 de agosto último, deixou de pulsar o generoso coração de Frederic Joliot-Curie, uma das mais marcantes personalidades do nosso tempo. A repercussão excepcional que teve em todo o mundo o triste acontecimento, levando, inclusive, o governo francês a decretar exéquias oficiais, atesta a alta conta em que era tido o sábio que desapareceu aos 58 anos, o apaixonado defensor da paz cuja memória é reverenciada em todos os quadrantes da terra.

Frederic Joliot-Curie figura entre os cinco ou seis sábios aos quais deve o mundo o desenvolvimento da física nuclear nas últimas décadas e que teve como soroamento a descoberta da energia atômica. Em colaboração com sua esposa Irene, falecida em março de 1956, demonstrou a existência dos «neutrons» e conseguiu, pela primeira vez, em 1934, a produção artificial de isótopos radioativos. Esta última descoberta valeu ao casal a conquista do Prêmio Nobel de Química de 1935.

UMA BELA VIDA

Quando o século XX apenas despontava, a 19 de março de 1900, nascia em Paris o pequeno Frederic. A família era numerosa, Frederic foi o sexto filho. Originário da Alsácia, o pai e da Lorena a mãe de Frederic, tinham conhecido de perto os horrores da guerra. O sr. Joliot recordava, também, os dias da Comuna de Paris, quando lutou contra os de Versalhes e só escapou ao massacre sangrento por se ter refugiado na Bélgica.

Desde o início dos seus estudos, o jovem Frederic revelou pendor e especial interesse pela ciência e pela vida dos grandes sábios. Isto marcaria a trajetória da sua vida: ingressou na Escola de Física e Química da cidade de Paris, a mesma instituição onde Pierre e Marie Curie descobriram o rádio.

A escola, além do mais, era gratuita.

O encontro com Langevin

Na Escola Lavoisier, conheceu horas difíceis. Seus novos colegas são filhos de operários ou de pequenos comerciantes. Eles estudam com afinco para compensar o sacrifício que seus pais fazem. Em breve, porém, Joliot os alcança, compreendendo desde jovem o perigo do amadorismo. A vida, o trabalho são coisas sérias...

Na Escola de Física e Química, Joliot faz um dos principais conhecimentos de sua vida: seu professor de física Paul Langevin.

É na época dos grandes processos dos marinheiros do mar Negro. A existência da URSS coloca diante do mundo problemas novos. A juventude intelectual está em plena efervescência. Pela primeira vez, seguindo o exemplo de seu mestre Langevin, Joliot toma posição contra a guerra.

Langevin descobriu no rapaz um espírito excepcional. Convida-o para sua casa, tenta aclarar idéias ainda confusas naquele jovem cérebro. Langevin está convencido que seu aluno «irá longe». Concluindo o curso da Escola Langevin consegue que Joliot entre como preparador para o laboratório de Mme. Curie, já então viúva.

Os sonhos de adolescente de Joliot se realizavam. Trabalhava diariamente com a mulher genial que descobriu o rádio. Aos 25 anos Frederic Joliot começa a ter uma reputação de cientista.

Irene e Joliot

O ano de 1925 será decisivo na vida de Frederic Joliot. Ele resolve fazer pesquisas científicas.

Encontra Irene Curie no laboratório do Instituto de

Rádium. Ela se dedica essencialmente às pesquisas sobre a radioatividade e do polônio.

Quando se conhecem, Irene e Frederic não podem mais viver um sem o outro e a 4 de outubro de 1926, unem suas vidas pelo casamento.

Frederic e Irene experimentam a alegria imensa de tudo compartilhar. A vida de família e a vida do laboratório se misturam sem se prejudicarem. Dois filhos nascem: Helena e Pierre, ambos cientistas, hoje.

Em suas folgas, os Joliot-Curie (decidiram associar seus dois nomes) vão para uma cidadezinha bretã, onde Frederic pesca, joga tênis, caça. Juntos fazem grande caminhada. Atividade física intensa. Isto lhe permite prosseguir em suas elevadas pesquisas científicas sem se tornar exclusivamente um homem de laboratório. Joliot-Curie teve sempre uma sensibilidade aguda para a infinita riqueza e complexidade do mundo.

A RADIOATIVIDADE ARTIFICIAL

Os problemas da radioatividade apaixonam sobremaneira os Joliot-Curie. De descoberta em descoberta, eles obtêm uma imensa vitória científica em 1934, demonstrando a existência da radioatividade artificial.

O casal Joliot Curie poderá agora produzir artificialmente os radio-elementos, cuja existência natural Marie e Pierre Curie haviam descoberto.

A fama dos dois jovens sa-

bios ganha o mundo inteiro. É tal a importância de seus trabalhos que em 1935 recebem a mais alta recompensa internacional, o prêmio Nobel. No mesmo ano, Frederic recebe a Legião de Honra e é nomeado mestre de conferências na Sorbonne.

A conquista da energia atômica

Aos 37 anos, tudo sorri para Joliot-Curie: a glória mundial, uma família feliz, uma carreira magistral. Mas como todos os homens lúcidos está preocupado com as ameaças de guerra. Juntamente com Langevin faz parte do Birô do Comitê de Vigilância dos intelectuais antifascistas.

Entretanto, essa angústia não o impede de prosseguir em seus trabalhos. Joliot-Curie, em suas pesquisas, teve sempre a preocupação da melhoria das condições humanas. Ele ataca um problema prático: como produzir uma quantidade suficiente de energia para torná-la utilizável. Joliot-Curie descobre, então, os freios de cádmium que absorvem os «neutrons», diminuindo assim a velocidade da operação.

A resistência

A guerra não surpreende Joliot-Curie. Ha anos observava sua marcha. E desde o primeiro dia entra em combate.

Maio de 1941! Joliot-Curie cria com Pierre Vilon a Frente Nacional pela libertação



Joliot Curie

da França. Na primavera de 1942, no momento mais duro da repressão, quando acabam de tomar Politzer, Solomon, o genro de Langevin e Jacques DeCour, ele adere ao Partido Comunista, para cujo Comitê Central é, depois, eleito. No Colégio de França, ocupada pelos nazistas, transforma seu laboratório em arsenal, onde são fabricadas minas anti-tanques, granadas e garrafas incendiárias utilizadas pelos combatentes da insurreição.

Por sua atividade sob a ocupação nazista, Joliot-Curie é feito comendador da Legião de Honra a título militar e condecorado com a cruz de guerra, com a palma.

O nascimento de Zoé

Terminada a guerra, com paixão que o caracterizava, Joliot-Curie lança-se, com o povo francês, à tarefa da reconstrução do país. Toma os trabalhos iniciados em 1940 para a construção da primeira pilha atômica francesa. E efetivamente, a 5 de dezembro de 1948, às 10 horas e 12 minutos, ZOE — a pilha atômica — entra em funcionamento. O velho forte de Chaillon, atingida pela guerra e onde se instalara precariamente o laboratório de Joliot-Curie, vive momentos de elevada emoção quando o sábio comunicou o fato aos seus colaboradores. Joliot e Irene erguiam a um novo degrau da glória a ciência de sua pátria. Por isso mesmo, foi grande a indignação dos bons franceses quando, dois anos mais tarde, por imposição dos imperialistas americanos, o eminente sábio era destituído do cargo de Alto Comissário para a Energia Atômica, devido às suas convicções políticas.

Um símbolo de Paz

A injustiça comoveu os homens de consciência em todo o mundo. E apenas alguns meses depois, era Frederic Joliot Curie eleito para a presidência do Conselho Mundial da Paz, posto de luta contra a norte o colheu.

Segundo o testemunho de todos os que tiveram ocasião de com ele conviver, era homem de extraordinária simpatia pessoal e de uma simplicidade e modestia proverbiais em toda a França. Suas palavras eram sempre impregnadas de um profundo sentido fraternal e humano. Sua bondade, compreensão e generosidade os traços mais marcantes do caráter desse grande homem cuja morte e morte do hoje lamenta.

Sábio, Combatente Comunista e Lutador Pela Paz

O falecimento de Frederic Joliot-Curie privou a ciência mundial de um dos seus maiores luminares. Mesmo aqueles que, no terreno político, se lhe opunham, não podem deixar de reconhecer nesta hora a sua condição de sábio dos maiores, que a humanidade já produziu.

A figura de Joliot-Curie não se projetou, porém, somente como cientista. É impossível dissociá-lo da atividade política, que ele também soube enobrecer como poucos.

No momento da ocupação nazista de sua gloriosa pátria, Joliot-Curie e sua esposa Irene, também grande cientista, se colocaram sem vacilação ao lado da Resistência, nela tomando parte ativa. Arrastando sérios perigos, o casal de sábios dirigiu a salvação do estoque de água pesada, que existia na França e prestou uma colaboração militante à luta contra o odiado invasor.

Foi no ambiente da Resistência que Joliot-Curie se ligou estreitamente aos comunistas, seguindo, neste particular, um outro grande físico francês, Paul Langevin. Tornando-se membro do Partido Comunista Francês, que foi a alma da Resistência, Joliot-Curie mereceu depois a honra de integrar o seu Comitê Central, do qual foi membro até o momento da morte. Cientista e combatente, dignificou altamente o

movimento comunista francês e internacional.

Outro aspecto relevante da rica personalidade de Joliot-Curie é o que se refere à sua condição de presidente do Conselho Mundial da Paz. O descobridor da radioatividade artificial foi dos primeiros, entre os grandes cientistas do Ocidente, a compreender a necessidade de lutar para impedir que as descobertas da ciência moderna venham a ser utilizadas como instrumento de extermínio em massa. A frente do movimento dos partidários da paz, foi notável a sua contribuição para esclarecer e despertar os povos do mundo inteiro diante do perigo de uma nova guerra mundial.

Tendo sofrido injustiças em virtude de sua condição de comunista, como o afastamento do cargo de alto Comissário da Energia Atômica, Joliot-Curie recebeu, entretanto, homenagens da unanimidade da opinião pública francesa por ocasião de sua morte. Os círculos científicos do mundo inteiro manifestaram o seu inenso pesar. Grandes homenagens lhe foram prestadas pelo povo e pelos meios intelectuais da União Soviética, da qual Joliot-Curie foi admirador e amigo constante.

Sábio eminente, dirigente comunista, lutador pela Paz, o nome de Joliot-Curie permanecerá vivo para sempre na memória da humanidade.

Telegrama de Prestes a «L'Humanité»

O líder comunista brasileiro Luiz Carlos Prestes enviou o seguinte telegrama a «L'Humanité», por motivo do falecimento do grande cientista francês Joliot Curie:

«L'Humanité
6 Boulevard Poissonnière — Paris IX

Em nome dos comunistas brasileiros envio sinceros pesames pelo falecimento do grande lutador pela paz e glória da ciência mundial — Joliot Curie.
(as) Luiz Carlos Prestes